

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

ATA Nº 054

PRESIDENTE – DEPUTADO EMANUEL PINHEIRO

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Boa-tarde!

Estamos dando início à Audiência Pública por nós requerida para debater e discutir o Orçamento anual da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Autoridades presentes, senhoras e senhores, mais uma vez, muita boa-tarde, sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Declaro aberta esta Audiência Pública por nós requerida com objetivo não apenas de debater e discutir o Orçamento Anual da Defensoria Pública do Estado, mas debater a importância dessa função essencial à Justiça para a própria consolidação do estado democrático de direito.

Convido para compor a Mesa o Deputado Estadual Airton Português, neste ato representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso Deputado Riva; o Deputado Federal Valtenir Pereira, Defensor Público licenciado; o Dr. Marcos Rondon, 2º Subdefensor Público Geral do Estado de Mato Grosso; Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, Defensor Público Geral eleito e nomeado, será empossado em breve, no dia 1º de janeiro; Dr. Márcio Dorileo, Coordenador Geral da Defensoria Pública; Dr. Munir Arfox, Defensor Público, Presidente da Associação dos Defensores Públicos; Dr. Clodoaldo Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos; Dr. Air Praeiro Alves, Defensor Público, Coordenador da Regularização Fundiária (PALMAS).

Composta a mesa de honra, convido a todos para que, em pé, possamos cantar o Hino Nacional.

(NESTE MOMENTO É CANTADO O HINO NACIONAL).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Registramos a honrosa presença das seguintes autoridades: Dr. Flávio Marcus Asvolinsque Peixoto, Professor Público e Coordenador em exercício da Defensoria Pública de Várzea Grande; Dr. Estevão Vaz Curvo Filho, Defensor Público; Dr. João Paulo, Defensor Público do Consumidor; Dr. Márcio Bruno Lima, Defensor Público; Drª Karol Rotini, Defensora Pública; Drª Kelly Monteiro, Defensora Pública; Dr. Framarion Pinheiro, Defensor Público; Drª Daniele Biancardini, Defensora Pública e Coordenadora do Núcleo de Relações Institucionais do Defensor Público; Dr. Alex Campos Martins; Dr. Cláudio Aparecido Souto, Defensor Público; Dr. André Rossigmolo, Defensor Público e Conselheiro do Conselho Superior da Defensoria Pública; Dr. Zacarias Ferreira Dias, Defensor Público; Dr. Paulo Lemos, Ouvidor-geral da Defensoria Pública; José Maurício, Presidente da União Coxipoense de Associação de Moradores-UCAN; Benedito Arcanjo Faria, Presidente da Associação de Moradores do Jardim Vitória; Osvaldo de Souza Brito, Presidente da Associação de Moradores da Chácara dos Pinheiros; Sônia Maria de Freitas, Presidente da Associação do Bairro Goiabeiras; Walter Arruda, Presidente da FEMAB; Vilma Gonçalves, Presidente do Bairro 23 de Setembro – Várzea Grande;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Belmiro Garcia, Presidente da Comunidade Boa Sorte; Edson Pires, Presidente do Bairro Jardim Brasil; Leni Gomes Porto, Vice-Presidente da Associação dos Moradores Jardim Vitória; Wagner dos Santos, Presidente do Bairro Jardim Umaitá; Dr^a Ceci Campos, Secretária Executiva dos Conselhos Estaduais; e Professor Euclides de Lima, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor e Presidente da Cáritas do Brasil Diocese de Cuiabá - sempre presente aqui o Professor Euclides.

Agradecemos a presença dos servidores da Defensoria Pública, senhoras, senhores e todos aqui presentes.

Não é recente a luta para a consolidação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, um sonho que se tornou realidade ainda no Governo Dante de Oliveira. De lá para cá a Defensoria Pública, apesar de ter o seu papel institucionalmente reconhecido, ainda vem lutando numa luta hercúlea para se firmar e para se consolidar, principalmente como função essencial à Justiça.

Estamos há vinte e quatro anos da consolidação da Carta Cidadã, da Carta Magna da República, comemorado no dia 05 de outubro de 2012. Naquele período histórico a Defensoria Pública veio como um bálsamo, ao lado do Ministério Público, dos advogados e dos procuradores ser considerada como uma função essencial à Justiça.

A Defensoria Pública é o próprio instrumento do estado democrático de direito, a Defensoria Pública representa a própria consolidação do estado democrático de direito.

A Defensoria Pública representa os fundamentos do estado democrático de direito quando já no art. 1º a Constituição, nos incisos II e III, se refere à necessidade de ter como fundamento a cidadania e a dignidade do pessoa humana. Só podemos falar em cidadania e dignidade da pessoa humana se tivermos condições de brigar e de luta pelo mais elementar dos nossos direitos, o direito de lutar pelos nossos direitos.

No art. 5º da Carta Magda, que é Cláusula Pétreia, quando prediz, quando anuncia quem serão os destinatários desse estado democrático de direito chamado República Federativa do Brasil, colocas direitos inalienáveis que deverão ser respeitados, entre eles o direito à vida, à liberdade e à igualdade.

O respeito ao direito à vida, ao exercício do direito à vida, à liberdade e à igualdade está diretamente ligada à consolidação da Defensoria Publica dentro do estado democrático de direito.

Defensora dos hipossuficientes e dos menos favorecidos, é através da Defensoria Pública que se consolida esse tão sonhado estado democrático de direito.

Então, com essa visão social do trabalho do Defensor Público, do trabalho dos Defensores Públicos de uma forma em geral, com essa visão de que é necessário trazer para a Casa do povo mato-grossense a discussão sobre o fortalecimento dessa função essencial à Justiça é que nos tornamos, ao lado de outros colegas Deputado, como o Deputado Airton Português, o próprio Presidente desta Casa, a prata da Casa - Casa Defensoria -, Valtenir Pereira, e tanto outros, árdus defensores do papel da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Ela não pode ser vista como a prima pobre das funções essências à Justiça. Ela deve ser vista no mesmo pé de igualdade, principalmente porque o Ministério Público numa luta, também, hercúlea, pós-Constituição de 1988, conseguiu se consolidar, conseguiu utilizar dos instrumentos necessários para desempenhar o seu papel tão importante e imprescindível para o Estado Democrático de Direito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Eu não acredito na democracia e nem no fortalecimento desse Estado Democrático de Direito sem uma Defensoria forte, sem uma Defensoria reconhecida, sem uma Defensoria valorizada, sem uma Defensoria respeitada pelos Poderes constituídos e aquilo que os senhores já conseguiram pela sociedade.

Então, com essa visão comprometida, com o fortalecimento do Estado, comprometido e conhecedor do papel, dessa função essencial à Justiça e ao Estado Democrático de Direito, que abro esta Audiência Pública e reitero o nosso compromisso, Deputado Valtenir Pereira, o nosso comprometimento de fazer não, apenas, uma discussão isolada da peça orçamentária de 2013, na valorização dessa importante instituição, mas o começo, o princípio de uma cruzada pelo fortalecimento e pela dignificação do Estado Democrático de Direito por meio dos instrumentos que precisam ser fortalecidos e valorizados.

Então, quero deixar aqui ao Defensor Público Geral do Estado, Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, as portas abertas da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Esta Audiência Pública veio para somar, ciscar para dentro, como eu coloquei para Vossa Excelência e para outros colegas, no intuito de debatermos a importância do papel, do trabalho do Defensor Público em cada canto deste Estado, em cada rincão de Mato Grosso, dando oportunidade aos menos favorecidos, aos desafortunados, aos pobres, aos hipossuficientes de lutar por seus direitos, porque eles não têm condições de contratar um advogado; eles não têm condições de contratar um grande, um bom escritório de advocacia. E não tendo condição de exercer tal mister, não podemos falar em Princípio da Igualdade. Se não pudermos falar em Princípio da Igualdade, não podemos falar em Princípio da Liberdade; não podemos falar no direito à vida; não podemos falar em dignidade da pessoa humana e em cidadania.

Então, é na construção de uma Defensoria Pública forte, valorizada, reconhecida, que estaremos construindo verdadeiramente o tão sonhado Estado Democrático de Direito.

Muito obrigado! (PALMAS)

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra, o Dr. Marcos Rondon Silva, 2º Subdefensor Público Geral do Estado de Mato Grosso.

O SR. MARCOS RONDON SILVA – Deputado Emanuel Pinheiro...

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Peço desculpas, mas eu gostaria de convidar para compor a mesa o Dr. Paulo Lemos, Ouvidor-Geral da Defensoria do Estado de Mato Grosso e anunciar que, caso haja interesse de alguém da platéia se manifestar no tempo que estará aberto, que o Cerimonial fará a inscrição prévia

Com a palavra, Dr. Marcos Rondon Silva.

O SR. MARCOS RONDON SILVA – Deputado Emanuel Pinheiro, em nome de quem saúdo todos os representantes desta mesa; os meus colegas Defensores Públicos, valorosos colegas, todos presentes aqui nessa Audiência Pública; a sociedade civil organizada toda representada em nome do Ouvidor-Geral da Defensoria Pública, Dr. Paulo Lemos.

Eu serei bastante breve, até porque, Deputado Emanuel Pinheiro, Vossa Excelência, como perito em Direito Constitucional, conhecedor exímio, professor da matéria, já expôs muito bem o assento constitucional da Defensoria Pública na Constituição Federal, não me deterei nesse tema.

Eu quero, apenas, colocar alguns tópicos e falarei bastante, até porque todos os Defensores conhecem essa realidade. Falarei bastante voltado para os representantes da sociedade civil organizada.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Quando pensamos... Lembro-me que quando entrei na Defensoria Pública, isso em 2000, a ideia era a seguinte: não é fácil! Se formos para o interior, colocarmos um caixote na calçada e atendermos as pessoas com uma máquina de escrever *Hamilton*, aquela ideia daquele sacerdócio, mas um sacerdócio às avessas, levado a tal ponto que se prejudica a própria intercessão em favor daquele que precisa de você pela falta de condições material para se trabalhar. Isso mudou um pouco, mas nem tanto! Quando imaginamos o que demanda a criação de uma Defensoria Pública no interior... Não é só mandar aquele recém-empossado no concurso para uma cidade como Cotriguaçu, por exemplo, sem nada, só com os Códigos e alguns livros debaixo do braço. Demanda dinheiro, demanda alugar, local ou construir o local, mas nós não temos nenhuma sede própria edificada em nenhum dos lugares de atuação. Demanda ter servidor, demanda ter material de consumo, demanda ter segurança naquele local, demanda dinheiro. Não existe qualquer serviço público que seja bem estruturado sem dinheiro, sem orçamento adequado. Além disso, toda vez que um Defensor Público chega a alguma cidade do interior, demanda uma corrida da população absurda, porque, muitas vezes, não em regra, essa população passou décadas sem uma assistência jurídica adequada, em alguns casos, algumas cidades de Mato Grosso, séculos até sem nenhuma assistência jurídica em toda existência daquela cidade, daquele município. Então, a vinda do Defensor é uma panacéia. É a cura para todos os males e há uma corrida enorme da população em cima daquele colega Defensor. Imagina pegar toda essa demanda reprimida durante anos, décadas e séculos e trabalhar sem nenhuma estrutura. Não existe instalação de núcleo de Defensoria Pública sem dinheiro.

Se fizermos uma observação, a Constituição faz uma diferença entre função essencial à Justiça e instituição essencial à função jurisdicional do Estado. O Art. 134 da Constituição diz que a Defensoria Pública é uma instituição essencial à função jurisdicional do Estado. Portanto, onde não existe Defensoria Pública, e Defensoria Pública bem instalada, bem estruturada, a função jurisdicional é manca. Ela claudica, ela tropeça. Não se pode dar um bom serviço público chamado jurisdição para pessoa nenhuma onde não há uma Defensoria Pública bem estruturada.

A presença da Defensoria Pública, sobretudo, no processo criminal – eu sou Defensor Criminal toda a minha vida – traz para concreção, para a concretude, o valor chamado paridade de armas. Você não pode ter de um lado um órgão acusador, o Defensor Público com uma espada a *laser*, trabalhando na militância dele, e ter um Defensor Público como uma espada medieval, pesada, difícil de manejar, sem estrutura.

Então, todas as vezes que não há uma Defensoria Pública bem estruturada e onde há Defensoria mal estruturada falta essa paridade indiana, porque por melhor técnica que o Defensor Público tenha algumas coisas ele não consegue suprir e ele precisa de um aporte material para desempenhar bem a sua função.

A Defensoria Pública precisa de orçamento, também, porque hoje, instituição nenhuma neste País, nem empresa, nem instituição pública de qualquer natureza caminha sem tecnologia de informação. Nós precisamos de estrutura de TI. Estrutura de TI não custa barato, custa caro. Nós precisamos desse tipo de estrutura, porque ter estrutura de tecnologia da informação hoje é ter tecnologia social.

Não podemos admitir mais que uma pessoa se desloque do Pedra 90 para ir ao Núcleo da Defensoria Pública para saber como é que está o seu processo, nós temos que ter *on-line*, em tempo real, se o Defensor lançou uma petição nova, a pessoa entrar da sua casa, do seu celular – porque hoje muita gente tem celular com acesso à *internet*.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Tecnologia de informação significa tecnologia social. Nós precisamos disso. Mas isso custa dinheiro e precisamos de orçamento para isso.

As necessidades orçamentárias da Defensoria Pública serão todas explicitadas daqui a pouco pelo Dr. Air Praeiro Alves, de modo que eu não me deterei em números.

Eu só queria terminar – porque prometi ser breve – dizendo o seguinte: no dia 22 de novembro o Ministro Joaquim Barbosa tomou posse como Presidente do STF e eu prestei bastante atenção naquele discurso, porque todos os déficits, ou quase todos, o Ministro diz que os males que o Judiciário brasileiro padece podem ser corrigidos pela presença da Defensoria Pública. Eu citarei aqui três dos principais que ele falou. Diz ele, palavras do Presidente do STF: “ao falar sobre o direito de igualdade é preciso ter a honestidade intelectual para reconhecer que há um grande déficit de justiça entre nós”. Palavras dele também: “nem todos os brasileiros são trados com igual consideração quando buscam o serviço público da Justiça”.

E eu digo o seguinte: esse déficit só pode ser reduzido pela Defensoria Pública, porque entre 90% e 95% da demanda do Judiciário é de pessoa que não tem como contratar um advogado.

Então, se o País quer reduzir esse déficit, se Mato Grosso quer partir na frente, reduzindo esse déficit, invista na Defensoria Pública porque esse déficit pode ser reduzido. É a única maneira.

“Ao invés de se conferir ao que busca a restauração dos seus direitos, o mesmo tratamento e consideração que é dada a poucos, o que se vê, aqui e acolá (palavra do Ministro) – nem sempre, mas é claro, às vezes sim –, é um tratamento privilegiado, a preferência desprovida de qualquer fundamentação racional”.

E se há uma coisa que a Defensoria Pública faz no dia a dia é a denúncia desse tratamento privilegiado, é o empoderamento da pessoa que está sendo tratada desigualmente numa relação consensual. A cura para esse mal é o investimento em Defensoria Pública.

O Ministro diz e isso aqui foi repetido em todos os jornais: O Judiciário que esperamos ter é um Judiciário sem firulas; é um Judiciário floreios e rapapés. E não há profissional nenhum da área jurídica que acaba com firulas, com floreios e com rapapés numa relação consensual melhor do que um Defensor Público.

Para não termos firulas, para não termos floreios, para não termos rapapés, temos que ter investimento em Defensoria Pública.

O Ministro também falou bastante sobre a duração razoável do processo.

Eu estou aqui, também, com o meu colega Dr. André Rossignolo, somos do Núcleo de Execução Penal e, como Vossa Excelência bem sabe, Deputado, nós manejamos diariamente *habeas corpus* unicamente com o fundamento da duração razoável pelo processo, porque é inimaginável que um pedido de progressão de regime leve um ano, dois anos, para ser julgado. Nós temos que lançar muitas vezes e diariamente *habeas corpus* para ver se esse princípio da duração razoável do processo em favor de gente pobre, de gente necessitada, que se encontra encarcerada, é atendido.

De modo, para encerrar, eu estou bastante convicto, primeiro, que o discurso do Ministro Joaquim Barbosa, que foi curto, lúcido, sem floreio e sem rapapés, a cura para aqueles males, que ele diz que o Judiciário padece, é investimento em Defensoria Pública em todo país e não diferentemente em Mato Grosso. As nossas necessidades serão todas explicitadas, como disse o Dr. Air.

Eu agradeço bastante a oportunidade, Deputado Emanuel Pinheiro.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Estamos à disposição de todos. Muito obrigado!(PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito obrigado a manifestação, a fala do Sr. Marcos Rondon, segundo Subdefensor Público Geral do Estado de Mato Grosso.

Neste momento, eu convido o palestrante Air Praeiro Alves, Defensor Público, Coordenador da Regularização Fundiária, para fazer as suas explanações conforme preceitua o Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Como nós temos tempo determinado para encerrar esta Audiência Pública, fica previsto em 10 minutos, não sei se será possível.

Se Vossa Excelência precisar de mais um tempo, nós poderemos conceder. Mas se Vossa Excelência conseguir concluir em 10 minutos, vai ser de ótimo alvitre em virtude de termos outros membros da mesa que serão ouvidos, além da plateia que deverá se manifestar.

Com a palavra o Sr. Air Praeiro Alves.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Antes, eu gostaria de registrar a honrosa presença dos Defensores Públicos: Dr. Emídio de Almeida Rios, Dr^a Ana Leonarda Preza Borges Rios e Sr^a Brigitte Pereira de Almeida, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Beira Rio.

Com a palavra o Dr. Air Praeiro Alves.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES – Exm^o Sr. Deputado Emanuel Pinheiro, meu caro amigo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso desta Casa; Deputado Federal Valtenir Pereira, colega Defensor Público, na pessoa de quem eu tomo a liberdade de saudar todos os Defensores Públicos presentes; senhores membros da mesa; Deputado Airton Português; representantes da sociedade civil e organizada, aos quais saúdo na pessoa do Sr. Walter Arruda, Presidente da FEMAB.

Meus senhores e minhas senhoras, a visão que nós precisamos ter da Instituição Defensoria Pública sedimenta-se muito além daquela que outrora nós tínhamos em mente como meros organizadores de estatísticas dos magistrados ou, às vezes, até o que acrescentava a estatística dos magistrados.

A Instituição precisa ser vista, Deputado Emanuel Pinheiro, como aquela responsável pela pacificação social.

Não se consegue mais entender Defensoria Pública se não em nível coletivo, porque em nível coletivo ela consegue alcançar de forma abrangente, levando o braço social do Governo àqueles que necessitam do trabalho pela insuficiência de recursos, Deputado Airton Português.

Apenas a título de exemplificação do que o coletivo faz, o núcleo de saúde atendeu aproximadamente três mil pessoas que não têm, sequer, leitos de hospitais para repousarem nas suas doenças.

O Núcleo de Consumidor: quatro mil e oitenta e uma pessoas; Balcão da Cidadania, pasmem, vinte e nove mil e noventa e nove pessoas, desses, gerando trinta e uma mil atividades; e o Núcleo de Regularização Fundiária: trinta e uma mil, oitocentas e duas pessoas.

Por isso, Deputado Airton Português, não se entende mais falar em Defensoria Pública sem pensar no coletivo; sem pensar na amplitude social que a Instituição representa.

Não estamos neste momento, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Federal Valtenir Pereira, com o coro da revolta dos irresignados, muito pelo contrário, queremos construir

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

um caminho de diálogo e de entendimento com o Executivo, com a parcimônia e a paciência daqueles que têm ideologia e objetivo no horizonte.

A história demonstrou a *quantum satis* que o entendimento e o caminho construído, a título, ou com base na edificação da conversa e da postulação, oferecem maiores resultados que aqueles exacerbados pelo desentendimento e pela cólera.

Por essa razão, Deputado, é que viemos a este Parlamento, na Casa do Povo, expor os números que representem um parâmetro razoável para que a Instituição possa dar a estes senhores que aqui estão presentes, que representam a sociedade civil organizada, responsáveis diretos pela existência da Instituição, porque eles são o objetivo fim da Instituição, e foi com esse horizonte que nós estabelecemos que o patamar estabelecido, o patamar ditado a título de Orçamento para a Instituição, é insuficiente para que possamos dar continuidade a um trabalho de excelência, a um trabalho bem elaborado.

Eu faço coro com o senhor, Deputado Emanuel Pinheiro, que não se pode falar em estado democrático de direito se não conseguimos transferir a estes descamisados, no dizer de Collor, com a excelência na prestação de serviço.

Soa-nos ultrajante quando nos deparamos com cidadãos irmãos nossos que não têm o básico, que é a moradia, e, não tendo moradia, Deputado, não há o que se fala em direitos humanos.

É por essa razão que buscamos esse Parlamento, com o fito de que este Parlamento sensibilize o Governo, que, aliás, tem demonstrado uma sensibilidade social ímpar quando o objetivo é o atendimento da população carente. É contando exatamente com esta sensibilidade que nós viemos até esta Casa de Leis, para que ela possa, conjuntamente conosco, construir um diálogo de entendimento, uma estrada de busca de alternativas que sejam suficientes a oferecer à Instituição um Orçamento digno onde a Defensoria possa prestar e promover assistência jurídica aos necessitados com excelência, efetivando a inclusão social respaldada na ética e na moradia.

Eu vou, rapidamente, para não ser cansativo, expor os parâmetros que a Defensoria entende como sendo suficiente para que ela preste um serviço de excelência.

O resumo sintético desse trabalho, bem sinteticamente falando, sem entrar em mais delongas, para não cansar e para também possibilitar um entendimento melhor, nós temos aqui um Programa de Apoio Administrativo, para o qual precisamos de oitenta e cinco milhões, oitocentos e sessenta e um e trezentos e sete mil.

Necessidade de manutenção, apoio administrativo para o cumprimento das suas atribuições, manutenção dos serviços administrativos.

Aí vem locação de imóveis, condomínios, impostos e taxas, manutenção predial, luz e água - três duzentos e setenta.

Despesa com terceirização: limpeza, vigilância, terceirização de recepcionista, etc. e etc. - mais cinco milhões.

Manutenção dos serviços de transportes - um milhão e trezentos e sessenta e oito mil.

Aquisição de combustível para a Capital e interior; despesa de locação de veículos, o que perfaria o total de um milhão trezentos e sessenta e oito mil reais.

Despesa com taxas bancárias, ou seja, serviço administrativo de todo porte - dois milhões duzentos e dez.

Para que não fique cansativo, vamos chegar ao parâmetro final e aí nós justificamos.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Vamos só aos tópicos.

Remuneração com pessoal ativo e encargos sociais – sessenta e oito milhões.

A questão da informática, a tecnologia de informática, muito bem colocada pelo Defensor Brandão, a Defensoria Pública hoje não tem, não existe um serviço de excelência em nível de informática. Se fala muito em petições eletrônicas, processos eletrônicos para o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública não tem a mínima, sequer a mínima, condição de fazer este acompanhamento perante ao Tribunal de Justiça pela absoluta ausência de tecnologia de informática.

Programa de acesso à Justiça. Direito à cidadania, hipossuficiência dos grupos vulneráveis, respaldada no art. 5º, inciso XXXIV, da CF, atendimento jurídico gratuito. A função jurisdicional do Estado vem mover esforços para garantir assistência. Nesse item, nesse programa de acesso à Justiça, são vários programas que as Defensorias Públicas apresentam para o cidadão, a exemplo, temos lá, do Balcão da Cidadania, do Núcleo de Relações Institucionais, do Projeto Ribeirinho Cidadão, que o Deputado Valternir Pereira concedeu apoio a ele; os mutirões, muito bem elaborado pela Dr. Carol e pelo Dr. Clodoaldo, ou seja, a Defensoria Pública pode apresentar serviço de excelência extra à função administrativa que ela exerce e a própria função de prestação de serviço jurisdicional dentro dos fóruns, serviços que são levados ao encontro da população, suprimindo a necessidade da população vir até a Instituição para que receba a prestação do serviço.

Deputado, o parâmetro estabelecido para a Instituição em nível de orçamento tangencia o valor de setenta e um milhões. Na verdade, esse parâmetro foi a correção do orçamento do ano passado.

Nós sabemos que um dos pontos principais que esta Casa busca de forma incessante é a interiorização da Instituição. A interiorização da Instituição passa pela contratação de novos Defensores e a contratação de novo Defensores reclama um Orçamento condizente com os objetivos da Instituição.

Apenas para referência de Vossa Excelência, o Vale dos Esquecidos, que é o Vale do Araguaia, penso até ser injusta essa cognominação, porque é uma região próspera, é uma região em via de desenvolvimento, todavia, ali falta por excelência a presença do Estado, principalmente a presença da Defensoria Pública, que se encontra, Dr. Márcio Dorileo, apenas em Barra do Garças, Canarana, Água Boa e Nova Xavantina. Daí para a lá a Defensoria Pública não e faz presente por ausência de recurso.

Então, o montante total que nós entendemos ser compatível com as necessidade da instituição, Deputado Airton Português, é o parâmetro de cento e vinte milhões de reais contra os setenta e um milhões de reais que são apresentados ou propostos pelo Governo do Estado.

É evidente e não se pode olvidar que o PLP nº 114 estabeleceu o parâmetro de 2% da Receita Corrente Líquida do Estado, mas tal patamar tem que ser atingido num lapso de cinco anos.

Quer dizer, conseqüentemente a instituição estaria ainda defasada completamente das suas necessidades orçamentárias para poder prestar um serviço de excelência.

Desta forma, Deputado, nós solicitamos a Vossa Excelência a realização dessa Audiência Pública, porque é histórico todas as vezes que nós necessitamos desse Orçamento nós nos dirigirmos ao Parlamento local, que é o fórum onde devem ser discutidos esses problemas.

Todavia, historicamente os resultados obtidos e alcançados não são condizentes com as necessidades. Dessa forma, nós trouxemos a sociedade civil organizada para que ela possa prestar um depoimento a esta Casa sobre o real, o essencial, a função que esta instituição presta atualmente, ainda, com as dificuldades a ela inerentes a toda essa sociedade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Após a explanação do Dr. Air Praeiro Alves, convidamos para fazer a sua explanação, utilizar da palavra, o Dr. Márcio Frederico de Oliveira Dorileo, Corregedor Geral da Defensoria Pública.

O SR. MÁRCIO FREDERICO DE OLIVEIRA DORILEO – Exmº Sr. Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente desta digna Audiência Pública.

Quero saudar a todos na pessoa de Vossa Excelência.

Quero cumprimentar, também, essa seleta plateia formada por colegas Defensores Públicos, ilustres representantes da sociedade civil.

Quero cumprimentar a todos pela iniciativa de debater um tema que é extremamente caro à democracia, que é o Sistema de Justiça.

Falar da Defensoria Pública é refletir sobre o sistema de Justiça como adiantado pelos ilustres colegas.

Estou, hoje, na função de Corregedor Geral da instituição e tenho acompanhado de perto as agruras do exercício da atividade institucional pelos nossos combatentes, combativos Defensores Públicos. São merecedores de todo reconhecimento, mas principalmente pelo fato de serem verdadeiros paladinos na luta em defesa da nossa sociedade.

Quero cumprimentar, também, o Deputado Airton Português, representando os demais Deputados desta Casa Legislativa.

Dizer que o sentimento que paira na expressão de cada membro da sociedade civil representada é aquele mesmo que o Professor Peter André Ferenczy, da Pontifícia da Universidade Católica do Paraná, na sua defesa, na dissertação de Mestrado, conseguiu muito bem demonstrar diante, também, de uma plateia formada não só por acadêmicos de Direito, mas por representantes da sociedade civil.

O Professor Peter André Ferenczy queria demonstrar perante a sua banca a real importância do papel da Defensoria Pública numa democracia que se diz participativa, pois, hoje, estamos exercitando aquilo que efetivamente complementa o ideal de democracia.

Democracia não é só esse arcabouço formal que nós temos na Constituição. Democracia se materializa com gestos e atos como de hoje a tarde, que é uma audiência pública, a participação porque existe o trinômio: informação, acesso e participação. E nós materializamos hoje esse trinômio. Porque com a informação consciente despertamos a participação e instrumentalizamos o acesso por meio da Casa do Povo.

O Professor Peter André Ferenczy, Deputado, deixou bem claro a seguinte situação: na defesa da sua dissertação ele expôs a todos os presentes uma folha de papel e principalmente aos professores membros da banca. Nessa folha de papel todos ficaram atentos e curiosos, postavam informações desconexas, expressões desconhecidas de todos e todos ficaram parados por alguns minutos olhando para a cara do professor na tribuna e o Presidente da Banca:

“- O senhor não vai começar a sua exposição?”

- Sim, já comecei!”

- Mas o que representa esta folha aqui?”

- Essa folha representa o sentimento e a sensação que despertou em cada um dos senhores e das senhoras o que o pobre assistido da Defensoria Pública sente quando recebe uma Ordem Judicial, um Mandado de Despejo, um Mandado de Citação, uma determinação da Justiça: ‘Ah, é? Mas por quê?’. Porque o pobre não entende, a população carente de informação, carente de

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

cidadania, não entende. E quem é que decodifica e traduz a instrumentalização? A Defensoria Pública!”

Portanto, é assim que se sente, porque ali estavam escritas, sedimentadas, informações como o mandado na língua húngara, um mandado de citação com data, hora, especificação, todos os detalhes formais que a lei determina. Mas ninguém entendia nada, inclusive os professores catedráticos. É assim que se sente o pobre desassistido da defensoria pública neste País carente da presença do Estado que deve assegurar efetividade das políticas públicas, que deve assegurar o fortalecimento da instituição que garante a instrumentalização do acesso para que ele tenha vez e voz e que não seja massa de manobra ou mero instrumento de manipulação de consciência na formação de opinião, e que não seja refém e vítima de um processo de seletividade do acesso à justiça, porque infelizmente, justiça, neste País, ainda é um bem considerado precioso, inacessível a milhões e milhões de pessoas.

Nós tivemos, no ano passado, Deputados, a satisfação de gerar mais de quinhentas mil atividades por meio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, porque foram atendidas mais de trezentas mil pessoas no Estado de Mato Grosso em 2011. É uma verdadeira revolução silenciosa que se faz muito mais com devotamento e dedicação, com espírito de luta e combatividade de cada membro, de cada servidor que com a sensibilização daqueles que detêm o poder de transformar essa realidade e dotar a Defensoria Pública de melhores e maiores condições.

Mas nós acreditamos que estamos no caminho certo, despertados por autoridades como Vossa Excelência, Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Airton Português e demais companheiros daqui, da Assembleia Legislativa, e pela sensibilidade do Governo do Estado para que tudo isso seja página virada, porque a Defensoria Pública de Mato Grosso já faz história. Ela já faz e constrói a história, uma história bonita, de formação de consciência cidadã. Somos considerados já um Estado referência no processo de inclusão social, mas muito em função das políticas públicas cobradas, instrumentalizadas, por meio da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. No entanto, é muito insuficiente perto das necessidades que foram aqui apresentadas e das carências que todos nós temos.

Eu costumo reafirmar, tal qual o poeta, que a Defensoria Pública é a esperança dos desesperançados. Mas ela também significa e representa muito para aqueles que são deixados de lado como pobres coitados que andam em farrapos, considerados filhos bastardos:

“Pesos da mente de um pobre demente,
Visão descontente do tempo presente
Que emana um gemido,
São gritos contidos e são oprimidos por vários inimigos.
Mas, quais são os seus erros?
Não consigo vê-los,
Talvez sejam enfermos,
A população, o povo, todos são bravos guerreiros.”

Esses guerreiros são aqueles que cerram fileira com a Defensoria Pública, a população aqui representada. Só eles sabem quão necessário é o fortalecimento de uma instituição.

Deputado, também falo em nome da Ordem dos Advogados do Brasil e trago aqui a palavra do nosso Presidente, Dr. Cláudio Stábile Ribeiro. Ocupo a função honrosa de Conselheiro Estadual na atual gestão e é uma preocupação da Ordem dos Advogados do Brasil em relação à necessidade de fortalecimento e interiorização da nossa Defensoria Pública até como um reclamo, uma necessidade dos nossos advogados que têm sido demandados, de forma injusta, por nomeações

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

dativos em razão da carência de profissionais Defensores Públicos, porque se trata de uma obrigação ordinária do Estado, do Poder Público, a prestação da assistência jurídica integral aos assistidos do nosso Estado de Mato Grosso.

Portanto, eu quero deixar aqui a mensagem de agradecimento, mas também de apoio e reconhecimento ao trabalho dos nobres Deputados desta Casa do Povo – a Assembleia Legislativa – e a sensibilidade já externada em relação a um clamor que nada mais é do que um clamor da sociedade, não da Defensoria Pública, mas do povo que nós defendemos.

Muito obrigado. Boa-tarde a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Com a palavra, em virtude de um compromisso já previamente avisado a esta Mesa Diretora, o Deputado Federal Valtenir Pereira, Defensor Público licenciado.

O SR. VALTENIR PEREIRA – Boa-tarde a todos e a todas!

É com muita alegria que estamos aqui participando desta Audiência Pública.

Eu quero parabenizar o Deputado Estadual Emanuel Pinheiro por esta iniciativa. É muito importante, ainda mais que Vossa Excelência tem formação jurídica, professor de Direito Constitucional, é a pessoa ideal para nos ajudar a debater este assunto acerca do aprimoramento da Defensoria Pública.

Eu quero também cumprimentar o Deputado Airton Português. Vamos precisar muito de Vossa Excelência, Deputado Airton Português, na contribuição para que possamos ampliar este orçamento da Defensoria Pública, que é a única forma de chegarmos lá na ponta dos mais longes municípios do Estado de Mato Grosso. Está plenamente lá em Colniza; está plenamente lá em Santa Terezinha, lá em Confresa, Vila Rica e até mesmo no Distrito, como Guariba; está lá presente em Rondolândia. Nós precisamos verdadeiramente de orçamento e Vossa Excelência tem muito a contribuir conosco na Assembleia Legislativa.

Eu quero também cumprimentar o Sr. Marcos Rondon, que neste ato representa a administração superior da Defensoria Pública, em nome de quem cumprimento todos os colegas Defensores Públicos; cumprimentar também o Sr. Márcio Dorileo, que foi o meu colega fundador da Associação Mato-grossense dos Defensores Públicos, AMDEP; aqui também o Sr. Clodoaldo, a Karol, e muitos outros que contribuíram naquela ocasião para que fundássemos a Associação Mato-grossense dos Defensores Públicos em 1999.

Eu quero também cumprimentar o Sr. Djalma, Defensor Público Geral escolhido pela categoria e nomeado pelo Governador, toma posse em 02 de janeiro. Ele terá a grande responsabilidade de implementar, a partir de 2013/2014, a política da Defensoria Pública para que chegue aos mais diversos locais de Mato Grosso.

Cumprimentar, também, o Sr. Munir, Presidente da AMDEP-Associação Mato-grossense dos Defensores Públicos; o Sr. Clodoaldo, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos; o Sr. Air Praeiro, Defensor Público do Núcleo de Regularização Fundiária - o Estado de Mato Grosso está cheio de problemas dessa ordem, dessa natureza, e a Defensoria Pública é uma grande parceira na solução desses casos –; o nosso Ouvidor, Sr. Paulo, que vem fazendo um brilhante trabalho à frente da Ouvidoria, que é um espaço importante da comunidade, ajudando exatamente a levar os anseios da comunidade junto à Defensoria Pública. Um modelo que foi instituído recentemente, e como Deputado Federal eu tive a grata satisfação de ajudar na aprovação da lei que instituiu o Ouvidor.

Eu quero aqui, também, cumprimentar todos os representantes da sociedade civil, em nome do Sr. Walter Arruda, um guerreiro, um líder comunitário nato que vem fazendo um

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

excelente trabalho; enfim, cumprimentar todos os servidores da Assembleia Legislativa que neste ato nos auxilia para que esta Audiência Pública.

Deputado Emanuel Pinheiro, Vossa Excelência como Professor de Direito Constitucional sabe que existem vários direitos assegurados na nossa Carta Magna. E além da Carta Magna tantas outras legislações esparsas: federal, estadual e municipal que asseguram os direitos do cidadão, fazendo com que a convivência social seja a relação cidadão e Poder Público e acontece dentro da normalidade, sem qualquer tipo de intercorrência.

Mas quando isso não é obedecido, você tem o Poder Judiciário para solucionar. Para aquele que tem condições de pagar um advogado, é muito simples, vai lá, contrata aquele que entende ser um advogado de ponta, que pode lhe auxiliar e resolve essas questões, exatamente esses conflitos de interesse. Mas e aquele cidadão pobrezinho, vamos dizer assim, que ganha o salário mínimo, que ganha muito pouco na condição de cidadão? Esse realmente não tem como assegurar esse direito; ele não tem como discutir esse conflito de interesse, se não por meio da Defensoria Pública.

Sem Defensoria Pública esse cidadão vai à autotutela, vai numa ação de fazer justiça pelas próprias mãos, exatamente, porque não tem a dimensão desse direito e não tem alguém que vai lhe estender as mãos e dizer a ele: “você tem direito! Você não tem direito! Você tem direito até esse estágio, não assim como você está imaginando.”

O Defensor Público é exatamente essa peça importante que inclusive, de forma preventiva, vai evitar ter uma briga entre vizinhos, que nessa briga ocorra um homicídio; que nessa briga tenha algum ato de selvageria, que é o que vai acontecer e vai levar esse cidadão ao pronto-socorro e aí haverá o gasto do Sistema Único de Saúde.

Então, a ação da Defensoria Pública é extremamente importante, traz paz social e tranquilidade no meio da sociedade. E é essa visão que nós precisamos para que possamos ter a tranquilidade de fazer o aprimoramento da Defensoria Pública.

E como a Defensoria Pública foi criada? Em mil, setecentos e pouco a história diz que quem fazia essa parte de atender o cidadão carente era exatamente a igreja. Mas a sociedade foi evoluindo e até antes de 1988 teve uma época que o Ministério Público – que hoje defende a sociedade – é quem fazia, às vezes, o papel da Defensoria Pública; depois a Procuradoria-Geral do Estado. Mas, em 1988, essa Constituição Cidadã deu dois dispositivos: o Art. 134 e o parágrafo único do Art. 134, da Constituição Federal, dizendo que a Defensoria Pública é que faria esse papel de atender o cidadão.

Daí para cá nós fomos avançando e eu tenho a alegria de ter ido pela primeira vez a Brasília, em 1999, há menos de dez anos - eu estou na política há oito anos, praticamente um pouquinho mais que dez anos -, em agosto de 1999, na companhia do Defensor Público e meu colega Márcio Dorileo, em Brasília, pela primeira vez, quando nos juntamos a Presidentes de outras Unidades da Federação, buscando exatamente garantir o papel da Defensoria, porque naquela ocasião eles estavam querendo terceirizar esse serviço. Nós fomos lá bravamente derrubar essa idéia, conseguimos avançar e não deixamos terceirizar a Defensoria. Defensoria Pública é essencial à função jurisdicional.

De lá para cá, muitas lutas dos Defensores Públicos, das Associações, enfim, de toda a classe de Mato Grosso e Brasil afora, da Associação Nacional dos Defensores Públicos-ANADEP, foi exatamente fazer com que a Defensoria Pública pudesse sair do papel. E, para que ela pudesse sair do papel, houve uma grande conquista para os Estados - a Defensoria da União ainda

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

não -, que é exatamente a autonomia financeira, que se traduz exatamente na perspectiva de a Defensoria elaborar a sua peça Orçamentária.

Qual é o valor dessa peça Orçamentária? Hoje aqui em Mato Grosso a nossa peça Orçamentária está em torno de setenta milhões mais ou menos. O Governador pode dizer: “Não! Toma trinta milhões e vocês se virem aí e façam o que vocês quiserem com trinta milhões”. Como pode dizer: “Toma aqui cem milhões de reais e façam a política institucional da Defensoria Pública.

Então, nós avançamos, mas precisávamos avançar mais ainda. Nós precisávamos assegurar um percentual mínimo da Receita Líquida do Estado. E esta semana que passou eu tive a grata satisfação de inclusive articular junto ao Presidente Marcos Maia a votação do PL 114, que garantiu a aprovação de um percentual mínimo para as Defensorias Públicas dos Estados. Agora, nós vamos ter gradativamente um percentual a ser aplicado para que possamos iniciar a elaboração da nossa peça Orçamentária: aquilo que nós vamos aplicar em pagamento de salário de Defensores, aquilo que nós vamos aplicar em custeio e manutenção da Instituição e aquilo que nós vamos aplicar em investimentos, móveis, ambiente, espaço digno para receber a sociedade carente do nosso Estado e do Brasil afora.

Então, na semana passada nós conseguimos votar esta legislação, uma legislação de caráter nacional, que vai ter uma repercussão muito positiva.

Esta Audiência Pública vem exatamente ajudar a fazer esse dialogo como o Governador Silval Barbosa, com a Assembleia Legislativa, para que já em 2013 possamos colocar em prática essa Lei, que será - tenho certeza, eu não tenho dúvida - sancionada pela nossa Presidenta Dilma Rousseff e aí nós vamos ter uma condição um pouco melhor para poder atender a nossa população.

Hoje temos cento e quarenta Defensores Públicos em Mato Grosso e quem sabe possamos ampliar num curto espaço de tempo e chegar a um ideal, que eu entendo ideal. Hoje nós temos cerca de duzentos e oitenta magistrados no Estado de Mato Grosso, entre Juízes de 1º Grau e Desembargadores. Nós precisamos ter para cada Magistrado um Defensor Público. Nós não podemos ter esse déficit de ter duzentos e oitenta Magistrados e só cento e quarenta Defensores Públicos. Tem muita demanda reprimida no Estado de Mato Grosso, nos municípios e nós precisamos estar presentes ali para exatamente garantir essa tão importante paz social que a Defensoria traz para a sociedade.

Então, eu queria dar essa minha contribuição, pedir aqui ao Deputado Emanuel Pinheiro, que é o autor desta Audiência Pública, pedir também ao Deputado Airton Português, e temos feito muitos trabalhos juntos no interior do Estado de Mato Grosso em conjunto, articulações políticas, junto também com o Deputado Emanuel Pinheiro, para que esta Casa possa se sensibilizar, sensibilizar mais outros nobres Parlamentares aqui, para que possamos ter um orçamento melhor para a Defensoria Pública, para aprimorar essa tão importante prestação jurisdicional, tão essencial para a nossa população carente e humilde do nosso Estado de Mato Grosso.

Antes de finalizar, eu queria aqui colocar uma questão que às vezes os colegas defensores me questionam: “Olha, você manda recursos para o Tribunal Regional do Trabalho e não manda para a Defensoria Pública.”. Não é porque eu não goste da Defensoria Pública, eu amo essa Instituição, vou trabalhar na política e o dia que a população não me quiser mais na política voltarei para a minha Instituição com o maior prazer para continuar os trabalhos que vocês fazem lá. Mas acontece que como Deputado Federal o orçamento é o OGU-Orçamento Geral da União. Então, você tem que mandar recursos para as instituições do Governo Federal, seria a Defensoria Pública da União. Quando você manda um recurso para o Tribunal Regional do Trabalho, como colocamos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

vinte milhões de reais, e conseguimos construir quatorze fóruns trabalhistas, além disso equipar esses fóruns com computadores, com móveis, além de fazer o aspecto físico, que é o prédio, também equipar esses fóruns trabalhistas, esse dinheiro de vinte milhões de reais, como é outro Poder, é o Poder Judiciário, e lá na Constituição, no art. 3º, está a independência dos Poderes, independência, autonomia financeira e tudo mais, quando eu aprovo o meu Orçamento Geral de União, esse recurso é entregue ao Poder Judiciário. Quando eu coloco no Governo Federal, mesmo que seja para a Defensoria Pública da União, e nós colocamos um milhão de reais para a Defensoria Pública da União, para construirmos uma sede conjunta com a Defensoria do Estado em Cáceres, iria construir um prédio e dentro desse prédio iria ceder uma parte para a Defensoria Pública do Estado, mas como fica limitado, fica nas mãos do Executivo, o Executivo contingenciou, passou o ano orçamentário e não liberou os recursos.

Então, até por uma questão estratégica, nós colocamos o recurso exatamente no Poder Judiciário. Eu fiz isso com uma emenda de quatorze milhões e seiscentos para o CNJ, e esta semana eles estarão licitando duas salas seguras já para o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e uns equipamentos chamados storage, para facilitar a tecnologia de informação. Por via oblíqua isso também atende a Defensoria Pública, porque a partir do momento que o Judiciário tem condições de fazer a entrega de uma prestação jurisdicional com certa rapidez os assistidos da Defensoria Pública também serão contemplados com essas iniciativas.

Para o ano de 2013, estarei colocando uma emenda de Bancada novamente para o Tribunal Regional do Trabalho, para montarmos uma infovia, que vai atender os órgãos da Justiça como um todo, o sistema de Justiça, o que vai envolver não só a Justiça do Trabalho, mas vai envolver a Justiça Federal, a Justiça Eleitoral, vai envolver a Justiça Comum e, por via oblíqua, a Defensoria Pública também vai estar contemplada nesse sistema, o próprio Ministério Público. Vai ser um investimento de cerca de setenta milhões de reais. Nós já começaremos no ano que vem a implantar desse sistema de infovia, que é a comunicação de dados para aprovar o PJE-Processo Judicial Eletrônico, porque, como o Dr. Marcos Rondon disse aqui, é importante o cidadão, a pessoa humilde, o assistido da defensoria pública, lá da casa dele entrar na *internet* com uma senha, com um sistema de segurança, detectar seu processo e ver o que está acontecendo.

Então, preocupado com essa questão, vamos colocar esses recursos. Vocês podem me dizer: “Por que não colocar na Defensoria Pública?” Se eu colocar, vou ter duas dificuldades: primeiro, essa questão de colocar recursos do Governo Federal na Defensoria Pública. Para se ter uma idéia, esses cem mil reais que nós colocamos no Programa Cidadão Ribeirinho, do Defensor Air Praero, nós tivemos que colocar na Secretaria de Direitos Humanos do Estado e ela vai fazer um convênio com a Defensoria para repassar esse dinheiro. Então, há essas dificuldades orçamentárias. E lá em Brasília ninguém tem piedade de ninguém. Você coloca um recurso lá e, se você não montar um projeto de acordo, você perde o recurso. É isso que tem acontecido em Brasília.

Então, o que temos que fazer? Buscar a eficiência de trazer recursos para o Estado de Mato Grosso. Quando se joga no Judiciário, não tem problema nenhum, porque o dinheiro é descentralizado e já em fevereiro do mesmo ano.

As nossas emendas de Bancada são quinze e nenhuma foi liberada. A única que vai ser liberada, que já está liberada, é essa que eu coloquei do CNJ, porque é outro Poder e a Presidente Dilma não tem condições de contingenciar. Então, essa é a situação.

Então, peço a compreensão dos colegas Defensores Públicos.

Podem ficar tranquilos! Vamos trabalhar para de alguma forma atender as necessidades da Defensoria Pública do meu querido Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Quero agradecer as colocações e a prestação de contas do Deputado Federal Valtenir Pereira, que aproveitou para prestar contas do seu brilhante mandato de Deputado Federal e que também é um Defensor Público licenciado.

Eu sou obrigado todas as vezes que propomos uma Audiência Pública... Graças a Deus é bem participativa e acaba o horário... O horário fica bastante limitado. O horário para terminar esta Audiência Pública é 17:00 horas, com uma tolerância de, no máximo, de vinte a trinta minutos.

E, nós temos bastante inscritos na Mesa e na plateia, o que vai encurtar muito tempo de cada um, que pedimos muita compreensão, mas em virtude do tempo... E somos escravos do tempo e temos que respeitá-lo.

Então, vamos convidar para fazer uso da palavra, o Dr. Munir Arfox, Presidente da Associação dos Defensores Públicos.

O SR. MUNIR ARFOX – Boa-tarde, Deputado Emanuel Pinheiro, em nome de quem cumprimento os demais membros da mesa, dos colegas Defensores Públicos, Líderes das Comunidades, aqui nós agradecemos a presença.

Antes de ser Presidente da Associação dos Defensores Públicos, eu sou um Defensor Público. Estou na Defensoria, praticamente há dez anos. Eu percorri o interior em três Comarcas: Rosário Oeste, São Félix do Araguaia e Chapada dos Guimarães e nesses três anos que estive no interior pude perceber de perto o quanto é necessária a presença de um Defensor Público nessas Comarcas mais distantes. E digo principalmente por São Félix do Araguaia onde eu fiquei um ano. A comunidade carente não tem acesso à Justiça realmente. São poucos os advogados que militam e os poucos que têm, muitas vezes, se negam até a atender as comunidades carentes em razão dos processos que têm sob suas responsabilidades.

Então, para que haja uma assistência judiciária efetiva para as comunidades carentes há a necessidade de trazermos para a Defensoria novos membros.

Nós temos um concurso que foi prorrogado recentemente. Temos vários Defensores que estão na eminência de ser chamados, mas infelizmente não temos orçamento necessário para tanto. Se for mantida essa previsão de setenta e um milhões de reais, inviabilizaria a chamada de novos Defensores.

Então, o Governo do Estado tem nos atendido na medida do possível, mas acho que ele tem que se sensibilizar e ver o quanto é importante a presença da Defensoria Pública no interior.

Nós contamos com a compreensão do Governo e que ele possa analisar de uma forma mais tranquila e melhorar o orçamento que tanto almejamos.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Obrigado, Dr. Munir Arfox, pela compreensão do tempo, inclusive.

Convidamos, agora, o Dr. Clodoaldo Aparecido Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos, para usar da palavra.

O SR. CLODOALDO APARECIDO QUEIROZ – Serei breve, Sr. Presidente. Não tanto quanto o meu colega Dr. Munir, mas serei breve.

Inicialmente, cumprimento o Deputado Emanuel Pinheiro e o agradeço pela convocação desta Audiência Pública; cumprimento e agradeço o Deputado Airton Português, não só pela sua presença, mas por nos acompanhar nessa empreitada em busca do fortalecimento da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Defensoria Pública; cumprimento todos os meus colegas Defensores Públicos que fazem parte da mesa, na pessoa do Dr. Marcos Rondon; os demais Defensores Públicos na pessoa da minha querida amiga Carol Rotini, inclusive, nova Corregedora nomeada que será empossada no dia 02 de janeiro, juntamente com o Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, que substituirá o nosso colega Márcio Dorilêo, como Corregedor Geral; a comunidade que se faz presente e que nos dá essa força tão importante.

Enfim, mais uma vez, estamos aqui, meus colegas Defensores que têm acompanhado essa luta, que sabem que todo ano nós estamos aqui neste mesmo Auditório, em Audiência Pública, debatendo a necessidade de aumento no Orçamento da Defensoria Pública.

Como já foi dito pelo Dr. Air Praeiro, os resultados nunca foram aqueles que nós esperávamos. Nós não conseguimos ano a ano sensibilizar especialmente o Poder Executivo para atender as demandas da Defensoria Pública que só podem ser saneadas por meio de orçamento. Quando nós estamos aqui todo ano pedindo orçamento, não estamos pedindo orçamento para atender nenhuma necessidade pessoal nossa, dos Defensores Públicos. Daí a importância da comunidade que, hoje, se faz presente, porque não importa a forma como nós desempenhamos a nossa função. Nós recebemos a nossa remuneração todo mês do mesmo jeito. O que nos incomoda, o que incomoda os Defensores Público é não ter condição material de atender o anseio da população que nos procura; não ter condição de resolver todos os problemas de todas as pessoas que nos procuram.

Há uma demanda enorme de Defensor Público em diversos municípios do Estado, pois, não há Defensor Público atuando, mas também existe uma demanda enorme de reforço nos lucros das Defensorias Públicas já existentes, onde, hoje, se formam filas de pessoas esperando atendimento. São pessoas que passam o dia todo aguardando atendimento e, às vezes, retornam para suas casas sem ser atendidas, tendo que voltar outro dia. E isso não é por culpa do Defensor Público! Muito pelo contrário! Os Defensores dão sangue para tentar atender o maior número de pessoas. É falta de orçamento que acarreta falta de pessoal, falta de estrutura, enfim.

Mas eu queria falar aqui objetivamente em relação ao orçamento proposto para a Defensoria Pública, que é objeto de debate nesta Audiência Pública. Eu vou falar de maneira bem resumida aquilo que já foi apresentado aqui pelo Dr. Air Praeiro.

O Poder Executivo está propondo à Defensoria Pública setenta e um milhões de reais. O orçamento que foi cedido - vamos dizer assim - à Defensoria Pública, neste ano de 2012, foi de sessenta e dois milhões de reais. Então, está aumentando nove milhões de reais que a princípio parece bom. Ocorre que o orçamento de sessenta e dois milhões que foi dado este ano não deu nem para pagar as nossas contas.

A Defensoria Pública apresentou um déficit, está fechando agora 2012, com um *déficit* de cerca de dezesseis milhões de reais.

A Defensoria precisa de dezesseis milhões de reais só para cobrir as despesas que já existem hoje, sem contratar nenhum Defensor a mais. E aí nós estamos falando aqui e é o que todos querem – Governo, Assembleia Legislativa e a própria Defensoria Pública –, contratar mais defensores e ampliar o atendimento da Defensoria Pública pelo interior. Mas, hoje, nós precisamos de dezesseis milhões só para cobrir as despesas que já existem.

Então, são necessários dezesseis milhões para fechar o orçamento deste ano. Para o ano que vem nos são oferecido nove milhões a mais. Qualquer pessoa entende que de dezesseis foram dados nove, faltam sete milhões. Nós entraremos 2013 já com um déficit de sete milhões de reais, sem colocar nenhum único Defensor em nenhuma nova comarca.

Essa situação incomoda muito a todos nós Defensores Públicos que vemos servidores de empresas terceirizadas, que trabalham conosco no dia a dia, motoristas e copeiras, que

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

hoje não estão recebendo os salários porque a Defensoria não tem recurso para pagar as suas empresas, e as empresas estão encerrando a prestação de serviço com a nossa Instituição.

A nossa Instituição – Defensoria Pública – hoje não tem dinheiro sequer para pagar o aluguel das diversas sedes espalhadas pelo interior e até na Capital onde atuamos. E muitos de nós Defensores Públicos - porque estou aqui falando em nome deles como Presidente do Sindicato - recebemos a cobrança do proprietário do imóvel como se fôssemos os responsáveis por esse pagamento, porque são os Defensores Públicos que estão lá na ponta.

Então, quando chega a esse ponto de uma instituição não ter dinheiro sequer para pagar as suas despesas, as suas contas, o tratamento tem que ser urgente, não dá mais para floreios e rapapés, como disse o Ministro Joaquim Barbosa, citado pelo Marcos Rondon Silva aqui.

Mas precisamos urgentemente de um aumento nesse orçamento que foi proposto para a Defensoria Pública, sob pena de já entrarmos o ano que vem com um déficit e passarmos novamente, como ocorreu este ano, sem pagar as contas; defensores tendo que atender dois municípios distantes, sem receber diárias, pagando do próprio bolso, etc. e etc., situação que nós Defensores Públicos experimentamos este ano e que, talvez, a população não tenha conhecimento.

Serviços importantes e essenciais que a Defensoria presta, como o de regularização fundiária que o Dr. Air Praiero Alves comanda, não tem condição de continuar se não houver uma incrementação no orçamento da Defensoria Pública, vai acabar parando. Essa é a realidade.

O Sr. Air já tratou desse assunto muito bem nesta e em outras oportunidades não só no interior como na Capital.

Entfim, só para manter a Defensoria Pública do tamanho que está sem contratar mais nenhum Defensor Público, nós precisaríamos de, no mínimo, mais 16 milhões de reais em cima dos 62 que foram este ano. Isso é só para manter do jeito que está. Se a intenção foi contratar mais defensores que todos esperam para ampliar o serviço da Defensoria Pública pelo interior e para reforçar o trabalho nos núcleos que já existem, o orçamento tem que ser muito mais. E a proposta que foi apresentada aqui passou meio despercebida, mas, no finalzinho, o Sr. Air queria destacar a necessidade para manter o que existe hoje e para ampliar seriam de 100 milhões de reais.

Então, 71 infelizmente para nós não servem, não atendem.

Agora, como o Deputado Valtenir Pereira relatou, foi aprovada em nível federal uma alteração na Lei de Responsabilidade Fiscal que igualou a Defensoria Pública em relação à questão orçamentária com as outras entidades que são autônomas: Ministério Público e o Tribunal de Contas.

E nós, Defensores Públicos, já ouvimos ao longo dos últimos anos, eu ouvi pessoalmente isso de Governadores e de membros do Parlamento, a seguinte frase: “Olha, o problema da Defensoria Pública é que lá na Lei de Responsabilidade Fiscal não existe um percentual definido de limite para gasto com pessoal”, que é o que foi colocado agora.

Então, para nós, para o Sindicato, acabou essa justificativa, não tem mais, que era a única justificativa. Quando nós dizíamos: Por que só a Defensoria Pública tem que ficar todo ano com o pires nas mãos mendigando, pedindo? Mas a Defensoria Pública quase mendiga. Nós precisamos implorar para ter orçamento. E a justificativa era só essa. “Não. Quando arrumar a Lei de Responsabilidade Fiscal, vocês não vão precisar mais fazer isso.”

Então, agora ela foi arrumada, mas ainda não foi sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, porque foi aprovada à unanimidade. Então, qual é a sanção dessa lei? Nós entendemos que agora a discussão se dá em outro nível.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Nós Defensores Públicos exigiremos o mesmo tratamento que o Estado de Mato Grosso dá ao Ministério Público, dá ao Tribunal de Contas. Eu nem me refiro à Assembleia Legislativa e ao Poder Judiciário, porque são outros Poderes. A comparação não deve ser feita com eles, mas com o Ministério Público e o Tribunal de Contas. Exigiremos o mesmo tratamento agora baseado na questão legal, não há mais diferença legal entre nós.

Hoje a dificuldade que existe, Deputado, é que a peça orçamentária já está aqui para ser votada. Então, como é que vai mudar?

Não sei como será feito; se é possível, ou não; ou se nós trataremos isso através de suplementação no ano que vem. Mas a posição nossa, do Sindicato dos Defensores Públicos, é de que a lei terá que ser cumprida.

A lei tem uma transição de cinco anos, como o Dr. Air Praeiro disse, mas ela já determina para o nosso caso de Mato Grosso, que no ano que vem, no ano seguinte - a publicação da lei -, o orçamento, esse percentual estabelecido na lei equivale a 1% da Receita Corrente Líquida, que equivale agora a noventa milhões. Então, de setenta milhões, a lei já diz que nós podemos chegar aos noventa milhões. E assim que tem que ser feito e é isso que nós esperamos.

Se não for possível alterar o projeto de lei que já está aqui para ser votado, que no início do ano já se trabalhe a questão da suplementação.

Então, quero deixar claro isto: existe esse problema deficitário, Deputado.

E eu deixei ao final, apenas para fazer um agradecimento especial a essas pessoas que saíram dos seus lares, dos seus trabalhos, para hoje estarem aqui nos apoiando.

Infelizmente, a Defensoria Pública, nós Defensores Públicos, ao longo desses anos, não nos aproximamos de vocês como deveríamos fazer. E aqui eu parabeno, especialmente, o Dr. Air Praeiro, que nesse aspecto é o exemplo para os Defensores Públicos (PALMAS). Ele vai atrás da população, vai atrás dos problemas para resolver, por isso ele consegue hoje ter o apoio da população. Todos nós Defensores Públicos devemos fazer isso porque a única força que nós temos nessa luta aqui são vocês.

Quando nós estamos buscando orçamento, nós estamos brigando por um bolo que cada Instituição do Estado tem uma fatia definida. Nós estamos querendo aumentar a nossa fatia e teremos que tirar de alguém. E as outras entidades com as quais nós disputamos têm força, têm força mesmo.

Então, o Executivo arruma recurso de onde tiver que arrumar para atender algumas demandas. E nós não - na verdade, muitos Deputados já estão até cansados de nos ver aqui na Assembleia Legislativa -, nós estamos aqui todo ano pedindo recurso e implorando. Eles são a nossa voz; graças aos Deputados nós avançamos até agora. A força que nós temos são os senhores.

A partir do momento que nós estivermos sempre acompanhados da população, nós seremos mais ouvidos, porque, como eu disse no início, esse orçamento que nós pleiteamos aqui não é para nós, é para atendermos mais e melhor a todos vocês.

Então, especialmente, obrigado por vocês estarem aqui hoje e obrigado pelo tempo e pela paciência. (PALMAS)

Obrigado, Deputado Emanuel Pinheiro!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito obrigado ao Dr. Clodoaldo Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos.

Com a palavra o Dr. Paulo Lemos, Ouvidor Geral da Defensoria Pública.

O SR. PAULO LEMOS – Boa-tarde a todos!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Quero cumprimentar a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e as demais autoridades presentes em nome do Deputado Emanuel Pinheiro e em nome também do Deputado Airton Português, a quem eu já tive oportunidade de prestar assistência jurídica aqui na Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Gostaria de cumprimentar a todos os Defensores Públicos em nome do Presidente da Associação e em nome do Sindicato, respectivamente Dr. Munir e Dr. Clodoaldo; a administração superior da Instituição em nome do Defensor Geral eleito para o próximo biênio Dr. Djalma Sabo Mendes e em nome da Corregedora Geral também eleita para o próximo biênio Dr. Karol Rotini; e os Conselheiros do Conselho Superior da Defensoria Pública em nome do Dr. Marcio Dorileo, atual Corregedor-Geral e em nome do Dr. André Rossignoli e do Dr. João Paulo, Coordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor.

Hoje eu tive a oportunidade de encaminhar para a imprensa um artigo que escrevi sobre a imprescindibilidade da autonomia da Defensoria Pública, autonomia administrativa, autonomia funcional, autonomia orçamentária e autonomia financeira. Isso não é recente e não é uma defesa solitária da minha pessoa. Na verdade, o constituinte derivado já na Emenda Constitucional nº 45/2004 assim quis e assim determinou este acréscimo na Constituição Federal da República. E agora, recentemente com a aprovação do Projeto de Lei provisória, que eu prefiro chamar de Projeto de Lei Complementar nº 114/2011, que traz a Lei de Responsabilidade Fiscal um tratamento isonômico da Defensoria Pública ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, fazendo prever que as despesas com pessoal podem chegar até o teto de dois por cento da Receita Líquida do Estado, percentual este que a Ouvidoria Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, e hoje creio que posso falar em nome de vinte e duas entidades da sociedade civil, das quais obtive o apoio na eleição da Ouvidoria Geral que ocorreu exatamente no dia de hoje, e penso que não só em nome delas, mas principalmente da população mato-grossense, percentual esse que é apoiado pela sociedade e pela sociedade civil organizada.

Eu iria ler este artigo que publiquei hoje, onde digo resumidamente que, mesmo com os recursos já disponíveis, por intermédio de uma gestão proba, transparente, eficiente e participativa, nós podemos avançar. Contudo, mesmo com todos esses princípios sendo observados, esse orçamento é um orçamento deficitário e não consta da missão institucional da Defensoria Pública do Estado a função de realizar milagres, nem mesmo com a inspiração do padroeiro dos advogados, do padroeiro dos defensores públicos, Santo Ivo, pautado pelo pelos postulados cristãos, nem mesmo sob essa inspiração não há possibilidade de cumprir em sua integralidade a missão conferida pela Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública 80/94 e pela Constituição Federal, se não tivermos condições razoáveis e adequadas para isso.

Mas vou ler outro artigo que publiquei na semana passada e buscarei ser bastante rápido, para representar a fala que pretendo fazer aqui hoje.

“Ao contrário do que parte do senso-comum pensa, direitos humanos se refere a tudo aquilo que é fundamental para o desenvolvimento, o bem estar e o estar bem das pessoas, tal como o direito à vida, à moradia, ao alimento, à segurança, à saúde, à educação, à cultura, ao acesso à justiça, à boa administração da coisa pública, à cidadania, à dignidade da pessoa humana, à liberdade, à igualdade e à fraternidade.

Ou seja, praticamente todos os direitos fundamentais, sejam os individuais, os sociais, os políticos ou econômicos, previstos na Constituição Federal da República, nada mais são do que a consagração de uma parcela dos direitos internacional e hodiernamente reconhecidos como direitos de toda humanidade.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Por ocasião, é oportuno citar um trecho do poema (Por quem os sinos dobram) redigido pelo poeta e pregador metafísico, o britânico John Donne, no início do século XVII: ‘Nenhum homem é uma ilha, isolado em si mesmo; todo homem é um pedaço do continente, uma parte da terra firme. Se um torrão de terra for levado pelo mar, a Europa fica diminuída, como se fosse um promontório, como se fosse o solar dos teus amigos ou o teu próprio. A morte de qualquer homem me diminui, porque sou parte do gênero humano, e por isso não me perguntes por quem os sinos dobram; eles dobram por ti.’”

Por isso, antes de criticar ou desvalorizar a atuação dos movimentos sociais e das instituições públicas de defesa dos direitos humanos, saiba que quando alguém se insurge em face de um único direito humano violado, mesmo que de uma única pessoa, é como se estivesse defendendo toda a sociedade nesse momento.

Sem direitos humanos, não há humanidade!

Com relação à evolução histórica dos direitos humanos, pode-se citar o cristianismo como marco inicial, em âmbito planetário ou, pelo menos, no ocidente, na medida em que promoveu o ideário de que todos são iguais e ao mesmo tempo únicos, portanto, dignos de serem tratados sem discriminação e ao mesmo tempo respeitados em sua individualidade, como um fim em si mesmo e sujeito de direitos fundamentais.

Além da contribuição religiosa, no plano laico pode-se frisar o Acto Habeas Corpus 1679, na Inglaterra, a Declaração Americana da Independência 1776, nos Estados Unidos, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 1779, na França, como tendo sido eventos que fomentaram e alargaram o conceito de direitos humanos.

Contudo, sem sombra de dúvidas, o marco histórico fundamental para os direitos humanos foram: a criação da Organização das Nações Unidas – ONU – 1945, com seus vários órgãos Assembléia Geral, Conselho de Segurança, Corte Internacional de Justiça, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela e o Secretariado, além das organizações setoriais, como a UNESCO e a UNICEF; e o advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos 1948, a partir da profunda depressão que abateu a humanidade no período logo posterior à Segunda Guerra Mundial, e da necessária reação que o planeta foi compelido a realizar, a fim de evitar que qualquer situação semelhante voltasse a ocorrer na história.

Contemporaneamente, nas Américas, o sistema de proteção aos direitos humanos consiste na Corte Interamericana de Direitos Humanos, composta pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, pelos Defensores Interamericanos de Direitos Humanos e pelos Membros da Corte.

E no Brasil, hoje, por força da Lei Complementar nº 80/94, mediante alterações trazidas pela LC nº 132/09, a Defensoria Pública é a instituição que tem no centro de sua missão a defesa dos direitos humanos de todas as pessoas necessitadas e vulneráveis da sociedade, assim como a promoção da educação nesses direitos.

Sabedor disso, o Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, no plenário do STF, em homenagem ao Dia Nacional da Defensoria Pública, pronunciou que: “a questão da Defensoria Pública, portanto, não pode (e não deve) ser tratada de maneira inconsequente, porque de sua adequada organização e efetiva institucionalização...” - eu acrescentaria aqui (condições materiais) - ... “depende a proteção jurisdicional de milhões de pessoas carentes e desassistidas, que sofrem inaceitável processo de exclusão que as coloca, injustamente, à margem das grandes conquistas jurídicas e sociais.”.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Partindo para os últimos parágrafos deste artigo: “Vale a pena destacar que é exatamente por isso que a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso precisa estar de portas abertas em todas as comarcas de Mato Grosso, mediante a concessão de uma proposta orçamentária que faça frente à nomeação de, pelo menos, trinta novos defensores públicos, já no vizinho ano de 2013, para reabrir suas portas em cerca de vinte comarcas, quarenta municípios e para quase meio milhão de mato-grossenses, atualmente excluídos do acesso à Justiça e usurpados em seus direitos fundamentais de defesa e de ter direitos; mais trinta no sucessor ano de 2014 para fortalecer os núcleos já em funcionamento e garantir a prestação de assistência jurídica plena, gratuita e com qualidade aos seus usuários; e, assim, prover a totalidade dos duzentos cargos já previstos em lei”, aprovada por esta Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e sancionada pelo Governo do Estado.

“E o poder para atender esse clamor popular está nas mãos do Legislativo e do Executivo Estadual, na aprovação de um orçamento razoável e adequado” – que como já disse no mínimo de 1,5% da Receita Líquida do Estado, até 2% - “e na da próxima Administração da Instituição, na gestão proba, eficiente, transparente e participativa dos recursos disponíveis à Defensoria Pública.

Com isso, a classe política de Mato Grosso e a Administração da Defensoria Pública estarão confirmando seu compromisso e sua opção preferencial pelos mais necessitados, e não pelos barões do poder econômico e pelos artífices da corrupção, dando uma resposta definitiva e acolhedora às vozes roucas das ruas que não se cansam, e não podem se cansar, de clamar por mais e melhor justiça, pela extinção do quadro discriminatório que assola parte da população mato-grossense, onde alguns têm assegurado acesso à Justiça e outros não, configurando uma apartheid estatal e social.”

Para concluir definitivamente eu gostaria de dizer que, apesar de ter ressaltado que é possível fazer mais; apesar de clamar pelo incremento orçamentário da Defensoria Pública como um direito fundamental e humano da sociedade mato-grossense, eu gostaria de fazer um testemunho com relação à atividade da grande maioria, senão, de todos os Defensores Públicos não só na Capital como no interior.

Para se ter uma ideia, aqui, na Capital, um único Defensor Público acumula todas as Varas de Fazenda Pública da capital. Apenas dois Defensores Públicos são responsáveis por toda demanda de direito do consumidor, pelas duas Varas bancárias e pelas tutelas coletivas no Estado de Mato Grosso. Em muitas Comarcas do interior razoavelmente populosas nós temos, apenas, um e solitário Defensor Público para assistir praticamente 70% da população daquele município.

Então, o que estamos aqui a clamar não trata, apenas, de um direito fundamental e um direito humano abstratamente falando, mas dos direitos fundamentais e humanos daquelas pessoas que na ponta precisam da Defensoria Pública para ter acesso a um remédio de alto custo, para ter acesso a uma cirurgia imediata, para ter acesso à regularização de seu terreno para que tenha dignidade de ter um título da sua casa até para fins de direitos hereditários para transferir esse terreno aos seus familiares, ou seja, para concretude de todos os direitos fundamentais e humanos previstos na Constituição Federal da República.

Sem acesso à Justiça e sem a Defensoria Pública não há que se falar na existência de Direitos Humanos e fundamentais em qualquer comunidade que seja.

Muito obrigado a todos! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Obrigado, Ouvidor-Geral Paulo Lemos, por ter respeitado o tempo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Vossa Excelência falou muito bem. Foi o seu desabafo e a sua defesa da Defensoria Pública.

Eu queria pedir... Um dos problemas da democracia, sem querer tolher ninguém de se manifestar, mas somos obrigados a tolher para que todos possam se manifestar...

Por isso, pedimos até encarecidamente que, apesar de todos os oradores que antecederam e os que falarão, tanto da mesa quanto da plateia, o que vocês têm de cessão é muito importante, queremos ouvir todos, mas temos que respeitar o tempo para que todos possam ter o direito de pronunciar. Mas, de qualquer forma, está sendo de altíssimo nível toda explanação, toda manifestação na tribuna desta Audiência Pública.

Com a palavra, o Defensor Público Geral do Estado, que será empossado no dia 1º ou dia 02 de janeiro, Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior.

Antes, porém, registro a presença do brilhante Presidente do Bairro Renascer, José Carlos, nosso amigo particular; da Nete, com o seu pai e a sua irmã, aqui representando o Pedregal, e a Delmaci Freitas, Presidente do Bairro Castelo Branco, nossa grande amiga e grande liderança naquela comunidade.

Com a palavra, o Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior.

O SR. DJALMA SABO MENDES JÚNIOR – Exmº Sr. Deputado Emanuel Pinheiro, a quem rendo as minhas homenagens na qualidade de condutor desta Audiência Pública tão importante para a sociedade mato-grossense; Deputado Airton Português, representando a Presidência desta Casa, a quem saúdo por abrilhantar este evento; Dr. Marcos Rondon Silva, 2º Subdefensor Público Geral do Estado de Mato Grosso, representando o comando da Defensoria Pública do Estado; Dr. Márcio Frederico de Oliveira Dorilêo, Defensor Público, Corregedor Geral da Defensoria Pública; Dr. Clodoaldo Aparecido Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos; Dr. Munir Arfox, Presidente da Associação dos Defensores Públicos; Dr. Air Praeiro Alves, Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária; Paulo Rogério Lemos Melo de Menezes, Ouvidor Geral da Defensoria Pública; colegas Defensores Públicos aqui presentes, aos quais quero saudá-los na pessoa da Drª Helyodora Carolyne Almeida Rotini, Corregedora-Geral nomeada para o biênio 2013-2014.

Por fim, eu quero aqui agradecer a presença desses valorosos companheiros que vieram prestigiar esta nossa Audiência Pública.

Eu quero dizer a vocês que para mim é uma alegria muito grande reencontrar pessoas da sociedade com quem eu tive o prazer de estar na condição de Secretário de Estado discutindo os problemas dessa população.

Em nome da Nete; do José Carlos, do Renascer; do Deomacir, do Castelo Branco; do Walter Arruda, enfim, eu quero agradecer a todos que estiveram conosco lá na SECOPA e que também ajudaram muito a contribuir para que o Estado de Mato Grosso pudesse trilhar sempre o melhor caminho na busca dos melhores resultados para que possamos realizar uma Copa do Mundo sem deixar a desejar a nenhuma outra sede do Brasil.

Então, eu agradeço a presença de vocês neste ato, mais uma vez dividindo conosco a discussão desse tão importante assunto, que é a questão orçamentária da Defensoria Pública.

Pois bem, como foi falado aqui pelo Dr. Air Praeiro, eu gostaria de fazer uma pequena, não correção... Mas, Deputado Emanuel Pinheiro, o nosso orçamento para 2013 está previsto em setenta e um milhões. Só que desses setenta e um milhões, nós temos sete milhões e meio que não podemos dispor, verba essa que está destinada à previdência do órgão. Resumindo,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

nós temos cinquenta e seis milhões para arcar com toda a folha de pagamento e oito milhões para o custeio de toda Defensoria Pública no ano de 2013.

Portanto, esse recurso é insuficiente para implementarmos uma política que faça com que a Defensoria Pública atinja o maior número de pessoas que dependem e que hoje não tem o nosso trabalho.

É por isso que enalteço a iniciativa de Vossa Excelência e, principalmente, por chamar a sociedade para discutir conosco este tema de grande importância, porque isso demonstra que a sociedade organizada, mobilizando-se e apoiando a Defensoria Pública na busca, na implementação de um orçamento, resultará num trabalho de mais qualidade prestada para essa própria população.

Porque assim como eu acompanhei, Vossa Excelência também, a luta dessas pessoas que aqui estão em busca de uma moradia digna e o Dr. Air Praeiro Alves, aqui, como Defensor Público, atuante que esteve ao lado dessas pessoas e que só fez valer os seus direitos graças a uma defesa intransigente desses direitos.

Então, eu quero agradecer a população e dizer que nós precisamos caminhar juntos, porque o nosso trabalho vai ser revestido para o benefício de vocês.

Como disse aqui o Paulo, o nosso Ouvidor, só quem sabe, só quem tem aquele contato com alguém que teve o serviço da Defensoria Pública, aquela mãe que teve o filho que foi assistido, que teve uma cirurgia realizada, só quem passa por isso sabe da importância de nós termos uma Defensoria Pública forte.

E aqui, Deputado Emanuel Pinheiro, Vossa Excelência mencionou vários dispositivos da Constituição da República e eu menciono mais um que no Art. 3º da Constituição diz: “é objetivo da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária”. E para que tenhamos uma sociedade justa, nós precisamos ter um equilíbrio. E todos aqueles serviços, todos aqueles benefícios que estão previstos na Constituição da República têm que estar destinados à população.

E hoje a Defensoria Pública caminha, avança, é uma realidade. Porém, nós precisamos mobilizar ainda mais o meio político para ajudar a Defensoria Pública avançar a passos maiores, porque nós temos esses avanços que, sem dúvida, são importantes, mas ainda estamos aquém.

A realidade, como já foi mencionada aqui por vários colegas que me antecederam, a nossa realidade orçamentária realmente ainda não permite que todo Estado de Mato Grosso tenha os serviços da Defensoria Pública presentes. E nós vamos lutar incansáveis.

E agora, muito mais à vontade, sabendo que Vossa Excelência, defensor da causa dos direitos humanos na Assembleia Legislativa, ao lado dessa população que veio aqui, deixando o seu precioso tempo para ouvir discursos técnicos, números, então vai ser muito importante que possamos implementar um orçamento que permita à Defensoria Pública levar um serviço para o maior número de pessoas que não têm condições de constituir um advogado.

Então, eu quero aqui agradecer e dizer à população que está aqui presente, da mesma forma como na Secretaria Extraordinária eu estive aberto a todos vocês na Defensoria Pública Geral, que o nosso gabinete será a extensão da casa, do bairro, da comunidade de vocês. Ou seja, nós estaremos de portas abertas para ouvi-los e para buscarmos as soluções que trarão uma melhor qualidade de vida para essa população, porque investir na Defensoria Pública é levar mais qualidade de vida a nossa população.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Uma vez que nós buscamos defender direitos e a medida que aqueles direitos são defendidos, a medida que aqueles direitos são reclamados, podem ter certeza que essa população consciente dos seus direitos irá reclamar e terá uma voz que ecoará no meio político para que isso resulte numa melhor qualidade de serviços prestados.

Então, quero agradecer a presença de todos vocês; dos colegas também que tinham seus compromissos, mas os deixaram e equacionaram suas agendas para acompanhar esse debate desta Audiência Pública. Agradeço profundamente a todos e digo que nós iremos conseguir os nossos resultados com muita luta, porém, o mais importante é a integração.

Então, essa proposta que nós estamos levando para toda classe, unindo esforços da Associação e do Sindicato dos Defensores Públicos, cada um defendendo intransigentemente a sua causa. Porém, que nós tenhamos pé no chão para que nós possamos fazer com que a nossa causa, o nosso trabalho, seja refletido àquela população que espera.

Mas para isso, Deputado Emanuel Pinheiro, para que nós possamos levar esse atendimento, nós precisamos de Vossas Excelências; nós precisamos da Assembleia Legislativa; nós precisamos marchar junto ao Governo do Estado para fazer com que o meio político entenda que levar direito e defender o cidadão é fazer um trabalho social que vai trazer mais qualidade de vida para essa população. É o que as pessoas que estão aqui hoje esperam de nós.

Então, eu quero mais uma vez agradecer a iniciativa desta Audiência Pública e a presença de todos os colegas Defensores Públicos, representantes da sociedade civil organizada.

E retorno a dizer que o gabinete, a Defensoria Pública Geral estará aberta a todos vocês.

Então, mais uma vez eu agradeço e coloco-me à disposição para qualquer dúvida que por ventura podem ter.

Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Obrigado ao Defensor Público Geral do Estado, o brilhante Defensor Público Djalma Sabo Mendes Júnior, que proferiu a sua fala, a sua manifestação.

Com a palavra o Deputado Estadual, representando o Presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso Deputado Riva, Deputado Airton Português.

O SR. AIRTON PORTUGUÊS – Meu boa-tarde a todos e todas aqui.

É muito importante o aprendizado da nossa pessoa nesta Audiência Pública que está acontecendo neste momento.

Quero parabenizar o Deputado Emanuel Pinheiro por esta Audiência Pública.

Além de mim como Deputado Estadual, tenho certeza que todos que estão assistindo através da *TV Assembleia* do Estado de Mato Grosso estão tendo um conhecimento de fato, as pessoas que lutam pelo social, principalmente aquelas pessoas que precisam, um cidadão ou uma cidadã que precisa de seus direitos jurídicos, que a Defensoria Pública do Estado faz com muita competência e muito trabalho social.

Hoje como Deputado Estadual, vindo, oriundo do interior do Estado de Mato Grosso - fomos prefeito e também vereador da cidade de Araputanga -, mas para nós foi uma comemoração muito grande quando chegou a Defensoria no nosso município. E assim eu vejo em todos os municípios do Estado de Mato Grosso.

Na nossa Capital foi relatado por nossos antecessores aqui a dificuldade de muitas vezes não ter Defensores Públicos necessários para o atendimento às pessoas mais carentes, que necessitam deste serviço.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Queremos cumprimentar aqui Walter Arruda, Presidente da FEMAB, e em seu nome cumprimentar todos os Presidentes de Bairros que estão aqui acompanhando esta Audiência Pública.

Cumprimento o nosso Companheiro e ex-Secretário de Estado Djalma Sabo, que hoje também fez o seu relato aqui como Defensor Público Geral do Estado de Mato Grosso e em seu nome cumprimentar todos os Defensores que estão nesta Audiência Pública e os que estão nos acompanhando através da *TV Assembleia*.

É muito difícil hoje para a Defensoria Pública, uma vez que nas Comarcas do Estado nós temos em torno de vinte municípios sem Defensor Público para atender as pessoas que necessitam desses serviços.

Quero dizer a todos, dentro dos relatos dos que estão participando desta Audiência Pública, que há poucos dias atrás tivemos na minha cidade de Araputanga, onde tem uma demanda jurídica, o caso do Sr. Júlio, que por dificuldade de pagar o seu advogado, não pode mais pagar o advogado, o advogado, por não estar recebendo, deixou de fazer a defesa do Sr. Júlio e de sua família. O juiz designou o defensor público daquele município para que continuasse fazendo a defesa do Sr. Júlio, que é uma causa que sabemos da necessidade que ele tem de ganhar essa causa na forma da lei. Se não tivéssemos lá um defensor público, tenho certeza que muito mais dificuldade teria o Sr. Júlio e família. Então, há a necessidade desse serviço prestado pela Defensoria Pública.

Como foi relatado aqui pelo nosso antecessor Clodoaldo, mais de trezentas mil pessoas e famílias já foram atendidas neste ano pela Defensoria Pública. Então, esses números são para ver o quanto é necessário esse trabalho que fazem os defensores público no Estado de Mato Grosso. Mas é muito preocupante também, porque estamos fechando 2012 com um orçamento com um déficit de dezesseis milhões. Então, é uma preocupação neste momento de 2012 para a Defensoria.

E nós, Deputado Emanuel Pinheiro, o senhor que é autor desta Audiência Pública tão importante, vamos batalhar na Assembleia Legislativa, estaremos aqui votando o orçamento até o final de dezembro, entre os dias 15 a 20 de dezembro, o Orçamento do Estado para 2013, vamos fazer, através das Lideranças, uma emenda do nosso Parlamento e dos nossos Deputados, ou, tenho certeza, a sua pessoa, que defende, fazer uma emenda com vários Deputados, para que melhore o orçamento para 2013, que é obrigação nossa, principalmente à Defensoria, que faz um belo trabalho junto às comunidades, às pessoas com menos poder aquisitivo, com menos condições financeiras no nosso Estado de Mato Grosso.

Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência e todos os membros da Defensoria que estão aqui, neste momento; cumprimentar as pessoas aqui presentes, os presidentes de bairros que vieram aqui dar apoio a esse segmento que é tão importante para o nosso Estado de Mato Grosso.

Podem contar conosco, em nome do Deputado Riva, que, também, estou representando, pois, terão o apoio do nosso Presidente, de toda essa demanda tão para essa questão tão necessária que é o Orçamento 2013 melhorado para, cada vez mais, nós termos Defensores Públicos que faltam em muitas comarcas, pois, também, representa o crescimento desse segmento, da Defensoria Pública, e quem ganha são as pessoas e o social do nosso Estado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Agradeço as palavras do brilhante Deputado Airton Português, manifestando em seu nome, em nome do Presidente desta Casa, apoio e a solidariedade à causa de Mato Grosso, que é a valorização e o fortalecimento da Defensoria Pública do nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Agora, vamos abrir parte da inscrição à plateia. Infelizmente, houve o problema no tempo. Como nós temos já orientado para entregar o auditório Milton Figueiredo até 17:15, 17:20, dará, mais ou menos, três a quatro minutos para cada orador.

Gostaríamos de ter muito mais tempo para ouvi-los. Teremos outras oportunidades. Infelizmente, as falas e a necessidade de outros companheiros se manifestarem acabaram consumindo uma boa parte do tempo, mas assim mesmo abriremos a condição de aproveitar da melhor forma de três a quatro minutos.

Vamos colocar, mais ou menos, três minutos para cada companheiro que se inscreveu para falar e que está aqui prestigiando esta Audiência Pública.

Com a palavra, o Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Renascer, José Carlos da Silva.

O SR. JOSÉ CARLOS DA SILVA – Boa-tarde a todos!

Quero dizer a vocês e nossas autoridades que estão aqui, Deputado Emanuel Pinheiro, que estão de parabéns por não terem esquecido o povo mais carente que precisa na realidade da Defensoria.

Só quero mencionar aqui, quero ser rápido, algo que me chamou muita atenção: que de maneira nenhuma nós podemos levar à falência essa Defensoria, mas, sim, buscar o seu fortalecimento.

Como liderança de bairro nós vemos a grande necessidade e estamos ali mais próximos da comunidade, enxergando bem de perto essa grande necessidade dos moradores.

Eu fico até bem temeroso ao ver um senhor de 77 anos, que está ali, o Sr. José Antônio, numa Audiência Pública como esta buscando apoio para que não acabe e se fortaleça a Defensoria, porque ele tem filhos, netos e, muitas vezes, na ansiedade de resolver alguns problemas pessoais ou familiares, não tem acesso a uma assessoria jurídica que cabe no seu bolso, mas sim, recorre à Defensoria Pública para buscar a solução do seu problema.

Então, eu quero dizer para vocês que aqui estão que, muitas vezes, nós encaramos problemas muito sérios com os nossos moradores. Eles chegam para nós e dizem que já passaram por várias assessorias jurídicas, por vários advogados e não tiveram condições de arcar com o valor cobrado para resolver o problema.

E nós, com a convicta certeza, com confiança, temos indicado esses moradores para a Defensoria Pública, usando até o nome do Dr. Air Praeiro e ali ele tem carinhosamente recebido e tem atendido essas pessoas.

O melhor de tudo que eu quero dizer para vocês é que com uma situação até precária, como a falta de estrutura, ele tem atendido a todos os moradores que ali nós temos direcionado à Defensoria Pública (PALMAS).

Então, é nisso que eu quero que vocês ajudem, que empenhem em mostrar para o Governador, para as nossas autoridades e para os nossos Deputados que é fundamental a permanência da Defensoria Pública, com toda a estrutura possível para atender os nossos moradores, principalmente os mais necessitados, mais carentes, que precisam realmente da Defensoria Pública.

Fica aqui meu agradecimento a todos vocês!

Muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Agradeço o Sr. José Carlos da Silva, pela brilhante explanação.

Com a palavra, a Sr^a Zildinete Virgínio Antônio (Nete do Bairro Pedregal).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Não é só o pessoal de Mauro Mendes que vai falar. Daqui a pouco, vou chamar a todos.

A SR^a ZILDINETE VIRGÍNIO ANTÔNIO – Boa-tarde a todos!

Obrigada por ter esta oportunidade de falar a todos vocês.

Como forma de agradecimento à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, eu vou dizer, apenas, três ações, porque o Dr. Air Praeiro fala que eu falo muito. Eu direi, apenas, três ações que foram executadas pela Defensoria Pública e que foram de grande valia a diversas pessoas da nossa cidade e dos nossos bairros.

A primeira ação aconteceu no ano de 2001, quando uma família precisava que o nome do pai de uma criança fosse assentado no Registro de Nascimento e essa pessoa não tinha condições financeiras para que isso fosse feito. Eu encaminhei essa pessoa à Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e esse desejo foi realizado. Hoje, essa criança tem assentado no seu registro o nome do seu pai, graças à Defensoria Pública.

A segunda ação da Defensoria Pública do Estado envolveu diversas pessoas e foi dentro de uma ação cidadã, realizada no Ginásio do Colégio São Gonçalo no ano de 2001: após uma catástrofe enorme na cidade de Cuiabá houve a destruição de diversos documentos pessoais dos atingidos naquela enchente de 2001. Essas pessoas ficaram desprovidas de todos os seus documentos e a Defensoria Pública numa grande ação executou um grande mutirão e entregou a todas essas pessoas novos documentos. Documentos esses que tornaram essas pessoas realmente cidadãos do nosso Estado de Mato Grosso.

A terceira ação, na qual estou envolvida, muito envolvida, desde o ano de 2011, foi na construção da Av. Parque do Barbado pela SECOPA, que o Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior já tinha dito antes que estávamos envolvidos nessa ação.

Nessa ação estavam envolvidas seiscentas famílias, mais de duas mil e quatrocentas pessoas. Nós viemos ao plenário, no ano passado, que estava lotado, muito cheio, em busca de ajuda da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso e o Deputado Emanuel Pinheiro muito atencioso nos atendeu e continua nos ajudando até hoje, porque ainda não foi terminada toda essa ação. Foram atendidas mais de duas mil e seiscentas pessoas. E nesse atendimento ficou garantido a essas pessoas todos os seus direitos básicos: saúde, moradia, dignidade, escola, creche e outras ações, pois, essas pessoas perderiam toda sua moradia, todo o seu convívio familiar social.

Isso foi garantido por meio da Defensoria Pública, Dr. Air Praeiro, Dr. Munir Arfox, Dr. Carlos Eduardo, em conjunto com toda comunidade envolvida dos quatro bairros: Renascer, Pedregal, Castelo Branco, Bela Vista e outros bairros. Esses bairros foram defendidos por essa Defensoria Pública e eu estou aqui para agradecê-la e ao mesmo tempo pedir aos Deputados que possam mantê-la e entregar a ela toda infraestrutura necessária para continuar defendendo o cidadão cuiabano, o cidadão mato-grossense, onde quer que esteja, mas com respeito, com dignidade e com toda infraestrutura necessária para isso seja atendido. É tão emocionante você olhar para as pessoas e elas falarem: “muito obrigado”! Eu falei: não só apenas eu, é a Defensoria do Estado de Mato Grosso, por meio do Deputado Emanuel Pinheiro, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania e Amparo à Criança, ao Adolescente e ao Idoso, por meio do Dr. Air Praeiro, do Dr. Munir Arfox e do Dr. Carlos Eduardo.

Então, por meio deles tenho muito a agradecer em nome da comunidade do meu Bairro Pedregal, especialmente das ruas Rosário Oeste e 8 de Maio; dos Bairros Renascer, Castelo Branco e Bela Vista. É em nome de todos esses moradores que no momento não puderam estar aqui

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

para agradecer e pedir que olhem para a Defensoria Pública, dê a ela estrutura para que possa realizar as ações e dar dignidade ao cidadão cuiabano e ao cidadão mato-grossense.

Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – São as palavras da Nete, do Bairro Pedregal.

Vamos ouvir as palavras do nosso amigo José Maurício Pereira, Presidente da UCAM.

Queremos relembrar que esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela TV Assembleia Legislativa.

O SR. JOSÉ MAURÍCIO PEREIRA – Eu quero cumprimentar o Deputado Emanuel Pinheiro por esta Audiência Pública, e em seu nome cumprimento todos desta Casa de Leis; os nossos companheiros Defensores Públicos, Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, Dr. Air Praeiro, enfim, todos os presentes; as Lideranças Comunitárias, na pessoa do Presidente Walter Arruda; Osvaldo, Presidente do Bairro Chácara dos Pinheiros.

Serei breve, porque o tempo nos manda.

Nós, líderes comunitários, utilizamos todos os dias o serviço da Defensoria Pública quando as nossas comunidades, com pessoas carentes, precisas de auxílio, de apoio; quando alguém precisa de um leito para ser internada, um medicamento que está sendo negado o seu direito, ali uma regularização fundiária ou mesmo a defesa de uma pessoa dentro da comunidade por alguma ação que não condiz com a lei, o líder comunitário procura a Defensoria; procura os seus direitos; procura se defender, promover ali uma ação que venha ao encontro das necessidades.

Como líderes comunitários, nós temos principalmente a questão da regularização fundiária, no caso do Bairro Chácara dos Pinheiros que há mais de dois anos o Presidente Osvaldo bate nessa tecla; o Bairro São Francisco há onze anos, dez anos esteve ali sob a agência de habitação e agora está pela Defensoria; o Bairro Vila Verde, constantemente, vários bairros da região sul que precisam da regularização, que precisam trazer à comunidade uma tranquilidade. Baseado em quê?

Muitas vezes perdemos benefícios, perdemos obras como a do centro comunitário, como do posto de saúde, porque uma comunidade não tem ali a sua regularização de fato. Então, o Poder Público não investe e a comunidade mais uma vez perece por não ter qualidade de vida, baseado na regularização dos seus lotes.

Nós estamos aqui para dar esse apoio, pensando na sociedade que precisa diuturnamente da Defensoria Pública, pensando na comunidade que precisa do respaldo e da resposta. É inadmissível que o Governo do Estado não olhe com carinho, não olhe com atenção e venha de fato valorizar o trabalho da Defensoria Pública aumentando esse orçamento, colocando o valor que condiz com a necessidade, com a precisão de todos os mato-grossenses, exclusivamente Cuiabá, o qual precisa constantemente dessas ações.

É impossível saber apresentar uma boa ação à comunidade se não tem sequer condições de se locomover, sequer condições de atender a demanda como uma coisa simples, um combustível, um aluguel ou mesmo atender uma demanda cartorial de uma comunidade.

Então, é impossível entender isso, em tantas ações que o Governo do Estado tem feito não valorizar aquilo que vai ao encontro diretamente da sociedade carente, que é a defesa dos seus direitos, promovendo o assistencialismo; promovendo as ações que vêm naquele que não tem como se movimentar; não tem como se defender se não for por um auxílio do Estado, se não for por um auxílio da Defensoria Pública no dia a dia das suas necessidades.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Então, nós líderes comunitários, como Presidente da UCAMB, com 98 bairros onde temos ali filiados, constantemente defendemos a tese de que o povo tem que ser atendido, o povo tem que ser ouvido e a Defensoria Pública é esse elo que temos para responder as indagações e fazer cumprir os direitos de todos os cidadãos do nosso Estado de Mato Grosso.

Meu muito obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito bem, nosso Presidente da UCAMB.

Com a palavra, o Presidente da FEMAB, Líder Comunitário, Walter Arruda.

O SR. WALTER ARRUDA – Boa-tarde a todos e a todas!

Eu quero cumprimentar os componentes da mesa, seleta de autoridades, em nome do meu amigo pessoal, meu companheiro, Deputado Emanuel Pinheiro, e parabenizá-lo, mais uma vez, pela ação sempre em defesa da sociedade. Demonstra isso nesta Audiência Pública em que viemos defender uma maior aplicação dos recursos nas ferramentas que foram criadas para defender a sociedade.

Cumprimentar os Defensores Públicos; Márcio, nosso Presidente do Sindicato; Sr. Rondon; em especial, o Sr. Air Praeiro, que tem feito um trabalho junto aos bairros da nossa Capital no que se refere à regularização fundiária.

A regularização fundiária, Deputado Airton Português, é a chave da porta de entrada da cidadania. É importante que nós possamos, acima de tudo, Deputados, manter esse compromisso que foi feito aqui com a sociedade, esse compromisso de defender o investimento maior nas instituições, Edson Pires, que estão defendendo, Sr. Euclides, o direito social da nossa comunidade.

Cumprimentar o meu companheiro Paulo Lemos, Ouvidor da Defensoria Pública. Inclusive, a nossa Federação é que foi uma das primeiras a levantar a bandeira da Ouvidoria da Defensoria Pública em nível nacional da Confederação Nacional, a CONAN, onde nós, José Maurício, fazemos parte. E é importante que nós possamos ressaltar esses momentos importantes para a defesa da cidadania da nossa comunidade.

Eu quero cumprimentar de uma forma bem carinhosa cada líder comunitário que para cá veio, porque tem a “*res publica*”, a responsabilidade pública, Sr. Deputado.

Os líderes comunitários – como já foi falado pelas pessoas que me antecederam -, esqueceram de colocar, Sr. Zé Carlos, que cada líder comunitário que aqui está, Sr^a Meira, é voluntário no exercício da cidadania.

Ele vem para cá e fica a tarde inteira na esperança, Sr. Márcio, de levar notícias que tragam e acalentam os sonhos daqueles desesperançosos que estão lá na comunidade.

O Governo do Estado tem que entender que implementando esse recurso para atender a sociedade...

Na realidade, Deputado Emanuel Pinheiro, eu quero fazer uma inversão. Esse recurso não é para a Defensoria Pública; esse recurso é para a sociedade, é para os moradores que estão nos bairros dependendo das ações da Defensoria Pública, dependendo das ações desses que defendem a cidadania em cada um dos cantos deste Estado.

Eu acabei de falar agorinha, Defensor Público-Geral Djalma Sabo Mendes, enquanto Presidente da Federação Mato-grossense da Associação dos Moradores de Bairros que defende esse movimento social em todo o Estado de Mato Grosso, que estou aqui levantando uma bandeira, solicitando do Defensor Público-Geral e dos nossos representantes do Legislativo do nosso Estado, Deputado Airton Português e Deputado Emanuel Pinheiro, que trabalhem ostensivamente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

para que o mais rápido possível seja colocada no orçamento para atender o nosso Estado – ouviu, Deputado Emanuel Pinheiro?

Quero fazer uma menção em nome dos municípios que perderam os seus Defensores Públicos.

Deputado, eu não sei na realidade o que é que passa na cabeça de cidadãos, de gestores, de representantes de instituições que não respeitam os direitos adquiridos pela nossa população.

De uma vez só nove municípios perderam o advogado do povo, perderam o defensor da cidadania; perderam, Deputado Emanuel Pinheiro, acima de tudo, a sua cidadania, os seus direitos, quanto tolheram e retiraram de cidades como Terra Nova do Norte, meu companheiro José Almir, que é Presidente da União, de cidades como Guarantã do Norte, do seu Cícero; o direito de acesso à Justiça.

E nós que estamos aqui, José Mauricio, que somos procurados companheiros Edson Pires e Tito, pelos nossos moradores em dificuldades que não têm acesso à saúde, que muitas vezes não têm acesso nem mesmo a educação, companheiro Deputado Emanuel Pinheiro, sabemos e mensuramos a dificuldade desses cidadãos, a dificuldades desses moradores do interior, dos quais foram retirados o direito à Justiça, uma vez que não têm condições de pagar um advogado.

São nove cidades, Deputado Emanuel Pinheiro, e eu gostaria que Vossa Excelência, junto com o Deputado Airton Português - e já fizemos esse encaminhamento junto com outras Instituições -, pudesse, o mais rápido possível, resolver esse problema de recurso, mas que não deixasse a sociedade sem atendimento.

Encerro aqui as minhas palavras dizendo de uma forma bem carinhosa ao companheiro Paulo Lemos, ao nosso Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária, companheiro Air Praeiro, que aquele que não acredita no que faz, que não acredita no que fala também não consegue convencer quem ouve.

Eu quero parabenizar a ação de todos os Defensores. Conte com essa parceria do Movimento Social Mato-grossense, Luis Mário, conte com essa parceria, porque vocês com certeza são um braço forte do Governo para atender os anseios da nossa população.

Um abraço do Movimento Social Mato-grossense (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Após a fala do Walter Arruda, Presidente da FEMAB, convidamos Eudino José de Barros, Presidente da Associação dos Moradores do Jardim Antônio Dias.

Mais uma vez, Eudino, pedindo compreensão. Sei que está ficando difícil, mas mais difícil está ficando para mim como malabarista equilibrando esse tempo. Eudino com a palavra.

O SR. EUDINO JOSÉ DE BARROS – Muito obrigado pela oportunidade.

Boa-tarde a todos!

Eu gostaria de cumprimentar os Deputados Emanuel Pinheiro e Airton Português; e, em nome de todos os defensores, os Drs. Air Praeiro e Munir Arfox.

Eu gostaria de citar aqui um pequeno detalhe que para nós cidadãos comuns é muita coisa. Ao procurarmos a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso para fazer a regularização fundiária do nosso bairro, que, na verdade, fica num cantinho um tanto esquecido, fomos extremamente bem atendidos pelos Drs. Air e Munir. Lá percebemos a acessibilidade ao Poder Público.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Nós sentimos nesta Audiência Pública presidida pelo Deputado Emanuel Pinheiro essa possibilidade que nós cidadãos comuns estamos encontrando de acessar o Poder Público. Então, entendemos que essa parceria com a Defensoria é uma questão de necessidade para nós das associações de moradores, para nós cidadãos comuns (PALMAS).

Eu também gostaria de saudar todos os defensores públicos! Nós percebemos nas pessoas dos Drs. Air e Munir esse grau de se deixar lançar em favor do povo, em favor de pessoas que estão num cantinho esquecidos.

Entendemos que nos mostraram, numa reunião em que estive o Dr. Air, que, de forma simples no meio das pessoas, no meio do povo, disse assim: “Gente vocês têm direito a isso”. Com uma atenuante, de forma gratuita.

As pessoas demoraram a acreditar que ali estava um defensor, que ali estavam pessoas que iriam nos defender de forma gratuita e de forma simplória no nosso meio, haja vista que no dia que foi fazer o cadastramento de hipossuficiência o povo não vinha porque não estava acreditando nessa situação. Percebeu-se que com toda dificuldade estava lá aquela equipe, presidida pelo Dr. Air, com seus computadores com dificuldades até para ligar, nos pediram estrutura física, isto é: cadeiras e até tomadas. Foi a única coisa que pediram para providenciarmos.

Então, nada mais justo que estar aqui apoiando toda essa situação é uma questão de necessidade essa parceria. Muito obrigado (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito obrigado, Sr. Ondino, pelas sua palavras.

Com a palavra, a Sr^a Sônia Maria de Freitas, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Goiabeiras.

A SR^a SÔNIA MARIA DE FREITAS – Eu quero dizer boa-tarde a todos, ao Deputado Emanuel Pinheiro e a todos que compõem a mesa.

Minhas palavras vão ser bem simples e poucas.

O que quero dizer, gente, que Audiência Pública como esta deve continuar e nós, Presidentes da Associação, devemos comprar essa briga e cobrar do Governo, tanto do Governo Federal como do nosso Governador Estadual, porque nós precisamos muito da ajuda da Defensoria Pública nos nossos bairros. Somos nós que convivemos na comunidade e sabemos dos problemas que a nossa comunidade tem. Somos nós da Associação.

Então, Deputado Emanuel Pinheiro, que não fique somente nesta primeira Audiência Pública, mas que continue e que nós, das associações, possamos nos unir mais para cobrar e fortalecer essa ação. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito obrigado, Sr^a Sônia, Presidente do Bairro Goiabeiras, pela suas palavras singelas, simples e de coração, que mostram o sentimento e o respeito pelo trabalho da Defensoria Pública, pelo movimento popular, pelo movimento comunitário, já bem expressa também pelo outro companheiro como: Ondino, Valter Arruda, José Mauricio, Zildinete e o José Carlos.

Com a palavra, o Sr. Wagner do Santos, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Humaitá.

O SR. WAGNER DOS SANTOS – Boa-tarde, autoridades Parlamentares, autoridades civis, Presidentes de Bairros.

É uma honra, uma grande satisfação, estar aqui com vocês para falar a respeito da Defensoria Pública que tem um papel importante dentro do estabelecimento da paz e da justiça social na família humana.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Então, quero pedir às autoridades competentes, ao Governador, que reveja o caso da Defensoria, para incrementar essa parte do Orçamento que é tão necessário, porque toda a população necessita dos nossos Defensores Públicos.

Digo aos senhores que no dia 12/07/2012, ali no Jardim Humaitá, tivemos um problema aonde teve uma Ação de Despejo, que era para ser feita de forma pacífica e tivemos um confronto com a Polícia Militar, policiais da ROTAM e policiais do 9º Batalhão, aonde vieram com máquinas e derrubaram nossas casas, bateram nas nossas crianças, nas pessoas idosas e infringiram diversas leis. Leis essas que estão dentro da nossa própria Constituição.

Tivemos o amparo desta Casa de Leis, do Exmº Deputado Emanuel Pinheiro, que nos deu total apoio; também, o Dr. Air Praeiro, o Dr. Munir Arfox e o Dr. Paulo Lemos, da Ouvidoria. São pessoas sumamente importantes. Não somente eles, mas, também, cada um dos senhores que estão presentes, Parlamentares, na defesa do povo, do cidadão brasileiro para estabelecer essa justiça social.

Eu vejo como o brasão da nossa bandeira que ali tem um braço cada Defensor e cada líder comunitário, que é um Defensor, também, ainda que não uma autoridade parlamentar, mas uma autoridade no meio do povo para responder pelo povo. Eu vejo como aquele braço forte estabelecendo a justiça e a paz social dentro do nosso Estado, dentro da nossa Capital.

Eu espero que o nosso Governador reveja essa parte e incremente o Orçamento da nossa Defensoria Pública que tanto necessitamos. E não somente na parte da reintegração de posse de terrenos, porque as pessoas precisam ter moradia, mas, também, na parte da saúde, de cirurgias e das demais onde ela tem de estabelecer essa paz social, essa justiça social que tanto a família humana deseja.

Obrigado a todos! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Eu agradeço as sinceras palavras do Sr. Wagner dos Santos, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Jardim Humaitá.

Agora, o penúltimo orador inscrito... Nós já extrapolamos, neste momento, o tempo, mas ouviremos todos os companheiros que faltam.

Com a palavra, o Professor Euclides de Lima, Presidente do Instituto de Defesa do Consumidor e Caritas do Brasil Diocese Cuiabá, sempre presente em todos os movimentos, em todas as audiências públicas em defesa da sociedade. (PALMAS).

Muito obrigado e parabéns pela presença sempre constante do Sr. Euclides.

O SR. EUCLIDES DE LIMA – Obrigado, nosso nobre Deputado Emanuel Pinheiro!

Eu tenho o carinho mesmo de querer participar dessas audiências públicas, porque ao longo dos anos de magistério sempre pregamos isso: parcerias, artilhamento e vontade. E é isso que estamos vendo com muita alegria na cidade onde estou há trinta anos, Cuiabá, que já adotei de coração.

Então, eu me sinto aqui, Deputado, parceiros que compõem esta mesa que tanto trabalha e que tanto nos honra neste Estado e neste País, porque daqui surgirão muitas e muitas coisas boas..

Eu fico além da satisfação de contar sempre com o apoio da nossa grande e honrosa Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Eu fico satisfeito, também, de participar como elemento ativo das nossas comunidades de bairro da qual eu pertencço. Como na FENAB, hoje

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

estou como Secretário, sou Conselheiro do CONEN e, também, Presidente do IDC – Instituto de Defesa do Consumidor.

Nós temos feito muita coisa em termos de ações comunitárias, ações públicas, civis, no sentido de ajudar a nossa população, graças a Deus sempre com o apoio dos nossos líderes comunitários e de Vossas Excelências da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Eu diria que a nossa Defensoria Pública...

Aqui eu quero trazer uma contribuição, como Professor de Língua Portuguesa, da definição da palavra defensoria: a definição nominal é exatamente do latim que significa “fensa”, que quer dizer brecha, cicatriz, abertura, ferida – “fensa”. Agora, “o-fensa” é aquele que abre, aquela que abrirá a “fensa” que abrirá a brecha. E defesa, “de-fensa”, é aquele que se põe para defender, aquele que fará a cicatrização daquela “o-fensa”.

Então, vocês, Defensores Públicos, estão de parabéns porque são os arautos dos nossos pobres, os arautos daquelas pessoas necessitadas, e foi muito feliz o legislador no dia em que colocou na nossa Constituição a cláusula pétreia, que seria a formatação da Defensoria Pública na nossa sociedade civil.

Eu diria que a Defensoria nasceu na nossa Constituição como a filha caçula da justiça social. É realmente uma ideia sensacional, porque nós não tínhamos no País inteiro uma instituição encarregada de defender a nossa pobreza, os nossos carentes e vocês vieram nesse sentido, em boa hora.

Então, eu quero aqui homenageá-los com a estrofe de um poema muito bonito, de Almeida Garrett, que diz o seguinte:

*“As flores d’alina que se alteiam bellas,
Puras, singelas, orvalhadas, vivas, tem mais aromas, e são mais formosas, que as
pobres rosas num jardim captivas.”*

Vocês são essas almas; vocês têm muito mais perfumes; vocês exalam a força da justiça perante os carentes!

E eu, como Presidente da Cáritas do Brasil, tenho realmente visto e participado junto com o Dr. Air Praeiro, junto com o Paulo Lemos, dessa luta e vejo que realmente a sociedade tem uma aceitação muito grande por vocês. Vocês são queridos e isso é muito importante, porque não são autoridades. As autoridades normalmente se impõem e vocês não. Vocês se colocam à disposição. Vocês não vieram impostos para a sociedade, mas nasceram do coração da sociedade.

Eu quero dizer a vocês que só falta um pouco mais de organização, como, por exemplo: precisamos criar o Conselho Municipal; o Conselho Estadual da Defensoria Pública, da sociedade, da nossa sociedade civil; precisamos pegar um Walter Arruda; precisamos pegar um Jorge, do CREA; precisamos pegar o Presidente da OAB, enfim, formarmos um Conselho da Defensoria Pública aqui na nossa cidade, como também o Dr. Air Praeiro Alves, o Conselho da Terra no nosso Estado, no nosso município, porque é no município que os cidadãos vivem; é no município que surgem os problemas agrários, etc.; é ali que nós temos que atuar. E quem atuará melhor do que um conselho que visitará um por um dos moradores daquele município, saber se ele tem necessidade, carências judiciais ou não? Esse conselho pode, sim... E não darmos poder e mais poder para o nosso Ministério Público que tem poder e não usa, como, por exemplo, esse caso do Humaitá que o nosso amigo ali relacionou: tem poder e não usa.

Por que o Ministério Público não foi lá primeiro, visitou o local e constatou as necessidades desse povo? E quer poder. Agora está brigando e dizem que não pode tomar dele esse poder. Mas, por quê? Tem e não faz.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Então, eu quero mais uma vez parabenizá-los e pedir desculpas! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Muito bom!

Muito obrigado, Prof. Euclides de Lima.

Agora, com a palavra o Sr. Edson Pires, Presidente da Associação de Moradores do Bairro Jardim Brasil, o nosso último orador inscrito para daí finalizarmos a Audiência Pública. (PALMAS)

O SR. EDSON PIRES – Boa-tarde a todos, brasileiros e brasileiras aqui presentes!

Eu quero cumprimentar todos na figura do Deputado Emanuel Pinheiro, em especial o Dr. Air Praeiro Alves que tem sido uma bandeira do movimento comunitário na questão da regularização fundiária.

Eu poderia deixar de fazer o uso da fala, porque fui contemplado por diversas falas de companheiros do movimento quanto à questão da importância da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Eu quero citar um exemplo rapidamente, para ser breve: no mês de junho ou julho deste ano, – a companheira citou uns exemplos do passado e eu quero citar um exemplo recente – eu recebi um telefonema no meu celular, em plena campanha eleitoral, de uma moradora da minha comunidade, dizendo que o sobrinho havia sido assassinado no Estado do Paraná de forma brutal. Um cobrador de ônibus foi assaltado, morto e estava sem a documentação no bolso e cidadão mato-grossense, por sinal. Rapidamente, eu liguei para o nosso líder, Walter Arruda, que logo, logo, já me falou: “Liga para Paulo Lemos”. Paulo Lemos já passou, na sequência, para outra pessoa da Defensoria Pública que estava ocupando o seu lugar, porque ele estava de férias, se não me falhe a memória. Enfim, de bate pronto nós ficamos até 21:00 horas, 21:30 horas na Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso passando *e-mail* da documentação desse cidadão mato-grossense que havia falecido no Estado do Paraná e lá não tem a Defensoria Pública, o que dificultou um pouco mais os nossos trabalhos aqui, mas que, enfim, conseguimos resolver e solucionar esse problema de um cidadão mato-grossense para fazer o traslado do corpo dele para que a família pudesse sepultá-lo aqui no Estado de Mato Grosso. Esse é um exemplo rápido.

E outra coisa que eu quero dizer a todos vocês: quem ouve, colhe; e quem fala, semeia. Eu poderia sair daqui satisfeito só ouvindo também. Mas eu quero dar a minha contribuição, porque acredito que as Audiências Públicas são feitas para isso, para que nós possamos contribuir enquanto cidadão, enquanto líder comunitário.

Eu gostaria de dizer encarecidamente ao nosso futuro gestor público da Defensoria Pública, Djalma Mendes, que não se encontra mais no Auditório, mas que isso chegue até ele, da necessidade não só de aumentar o recurso da Defensoria Pública, mas que sejam locados recursos para a Pasta da Regularização Fundiária, porque nós estamos tendo uma dificuldade enorme na questão da regularização fundiária dos nossos lotes na questão de pagamento da topografia, do agrimensor na comunidade. Por quê?

Talvez para nós que estamos aqui, com exceção de mim, que já faz falta muito, apesar de sabermos que custa 600, 700 ou até 1000 reais o trabalho de um topógrafo agrimensor e da forma democrática que a Defensoria Pública tem feito, levando esse agrimensor até a comunidade para que possa negociar com a Associação de Moradores e ali ter uma livre negociação e taxar até em 50%, 60%, 80% o valor do trabalhado deles. Ainda é dificultoso para os pais de famílias que trabalham o dia inteiro e, muitas vezes, são assalariados tirar ali 300, 250, 400 reais do seu orçamento mensal para pagar o serviço de topografia. E não vou ser hipócrita, não, eles simplesmente nos perguntam: “Mas se é pela Defensoria Pública do Estado, não deveria ser grátis?”

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Aí eu perguntava: É verdade! Mas só que também eu não sei. Eu estou aprendendo esse processo ainda. Deixe-me entender um pouco.

E aí eu quero agradecer, Deputado Emanuel Pinheiro, porque hoje, aqui, aprendi o porquê a Defensoria Pública não tem condições de pagar uma ou duas equipes para ser o topógrafo oficial da Defensoria Pública do Estado. (PALMAS).

Então, encarecidamente, eu peço ao Governador do Estado, Silval Barbosa, a esta Casa de Leis, a qual nós já encaminhamos, Deputado Estadual Emanuel Pinheiro e Deputado Airton Português, à Associação de Moradores do Bairro Jardim Brasil, que já vai fazer um ano que está no processo de regularização fundiária, um ofício para que esta Casa de Leis auxilie aquelas famílias que não tiveram condições ainda de pagar. Está certo também que nós temos que nos esforçar e, talvez, tentar apagar. Esse é o nosso papel enquanto líder comunitário e como cidadãos também. Temos que tentar pagar o serviço de topografia, mas aquelas famílias que não têm condições de pagar, o Estado é responsável. E esta Casa de Leis, via Defensoria Pública, via Prefeitura, tem, sim, que nos auxiliar a pagar o serviço de topografia e regularizar a nossa comunidade; não só a regularização fundiária, mas uma regularização plena, como o Dr. Air Praeiro muito bem colocou quando o procurei: “Edson Pires, sua comunidade tem vinte e seis, trinta anos. Nós temos que fazer uma regularização plena dessa comunidade, fazer com que a comunidade entre para o mapa da cidade, fazer com que a comunidade tenha seus CEP(s) e ruas definidas, fazer com que ela passa parte do mapa do Brasil.”

Eu quero parabenizar o Dr. Air Praeiro por essa instrução e dizer nós estamos nessa luta.

A comunidade me liga constantemente perguntando: “Como está esse andamento?” Até porque um companheiro falou aqui que eles não acreditam no início de tudo. “Será que é verdade? Será que não passarão rasteira em nosso dinheiro? Será que esse cara não vai embora?”

Eu sempre digo ara eles, Dr. Air Praeiro: a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso jamais colocaria o nome dessa Instituição em xeque-mate numa coisa que não seria real e verídica para a nossa comunidade. Então, vocês podem acreditar. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso está a frente desse trabalho e nós não vamos deixar escapar essa oportunidade.

Muito obrigado a todos e até a próxima.

Obrigado! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Obrigado.

Finalizando...

O Sr. Paulo Lemos – Sr. Presidente, pela Ordem, só um momento!

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Com a palavra, pela Ordem, o Sr. Paulo Lemos.

O SR. PAULO LEMOS – Eu gostaria de contar com a gentileza de Vossa Excelência apenas para registrar o quão feliz estou de ter participado de uma Audiência Pública em que tivemos a oportunidade de testemunhar a pactuação de uma Instituição Pública com a sociedade civil em benefício de todos e corrigir um lapso da minha manifestação, saudando a sociedade civil em nome do companheiro Sr. Walter Arruda, que é uma das pessoas que tive a oportunidade de conviver nos últimos anos de melhor coração e comprometimento com o bem comum e com o amor ao próximo.

Muito obrigado a todos. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Já concedida a questão de Ordem ao Sr. Paulo Lemos, Ouvidor-Geral.

Agradeço a fala do Edson Pires, Presidente do Bairro Jardim Brasil.

Com a fala do Sr. Edson Pires, com chave de ouro, encerramos a manifestação da plateia formada por grandes, importantes e queridas lideranças comunitárias que representam o difícil dia-a-dia da vida do comunitário, da população comunitária do nosso bairro, da nossa comunidade.

O Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior pediu licença, ele tinha uma Audiência no Tribunal de Justiça, avisado antecipadamente a esta Presidência, o que já foi previamente justificado.

Exmº Sr. Dr. Marcos Rondon, 2º Sub-Defensor Público Geral do Estado, meu colega Deputado Estadual Airton Português; Dr. Marcio Dorileo, Corregedor Geral da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso; Dr. Clodoaldo Queiroz, Presidente do Sindicato dos Defensores Públicos; Dr. Air Praeiro, Defensor Público e Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária da Defensoria do Estado de Mato Grosso; Dr. Munir Arfox, Presidente da Associação dos Defensores Públicos; Paulo Lemos, Ouvidor Geral da Defensoria Pública do nosso Estado; Drª Karol, que nos honra com a sua presença também Defensoria Pública e Corregedora Geral do biênio 2013/2014, ela que já foi Defensora Pública Geral do Estado de Mato Grosso.

Lideranças comunitárias aqui presentes, senhoras e senhores, o Brasil é o único País que garante na sua Carta Magna o acesso à Justiça. E neste ano de 2012 completamos 115 anos da primeira do 1ª Célula de Defensoria Pública do nosso País. A Assistência Judiciária do Distrito Federal, preconizada e idealizada no Estado do Rio de Janeiro, começou a disseminar ainda na Velha República, no começo da República e no período da Velha República, depois passando para São Paulo, para Minas Gerais, na época da política do Café com Leite, a necessidade de se dar o direito sagrado de brigar pelo mais elementar dos seus direitos, que é o direito de brigar pelos seus direitos aos hipossuficientes, aos menos favorecidos.

Mas foi na Constituição de 34, da era Vargas, que surgiram as primeiras menções Constitucionais pela garantia do acesso à Justiça aos hipossuficientes. Em 37, com a Polaca, já na ditadura Vargas, ela caiu. Voltou em 46, com a redemocratização. Mas apenas em 67, 69 em plena ditadura... Mas foi em 1988, não apenas nos arts. 134 e parágrafos, mas em toda a extensão do texto Constitucional é que podemos ver e sentir a presença da Defensoria Pública prestando assistência jurídica integral e gratuita ao hipossuficientes, aos menos favorecidos, àqueles que não têm condições de pagar um advogado, de pagar um escritório de advocacia.

Portanto, a Defensoria Pública é a própria extensão da democracia, é a própria consolidação, como eu disse no começo, do Estado Democrático de Direito.

Quando eu vejo aqui a falas de todos esses defensores públicos, pessoas de bem, honradas, autoridades que representam o mister de garantir o direito dos menos favorecidos de acesso à Justiça, eu vejo que estamos no caminho certo, primeiro, pela vinculação com a base, com o movimento comunitário. Talvez, seja uma das poucas instituições do nosso Estado, da nossa República, que mobiliza o movimento comunitário para defender os seus direitos (PALMAS).

Talvez a Defensoria Pública esteja vendo a necessidade, e nesse ponto é necessário haver a necessidade, e nesse ponto, desculpem-me a redundância, é necessário ressaltar o papel do núcleo de regularização fundiária nas pessoas dos Drs. Air Praeiro Alves e Munir Arfox, mas o Dr. Air vem saindo à frente do seu tempo, vem construindo pontes entre a Defensoria Pública e o movimento de base, o movimento comunitário, mostrando que a Defensoria Pública veio para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

exercer o verdadeiro e legítimo papel no Estado, lutar em benefício do único e verdadeiro titular do poder que é o povo.

Então, eu quero aqui registrar os meus cumprimentos a toda Defensoria Pública, na pessoa do Dr. Air Praeiro Alves, pelo trabalho que ele vem desenvolvendo não apenas tecnicamente, mas principalmente na aproximação do movimento comunitário.

Dr. Clodoaldo, eu entendi as colocações, até certo ponto um desabafo, uma indignação de a cada ano um chamamento, um debate, uma Audiência Pública para se discutir o óbvio, para se discutir que é importante se consolidar o Estado Democrático de Direito, para discutir que é importante estender, garantir e consolidar o direito aos menos favorecidos de lutar pelos seus direitos, mas a sociedade se forma e se consolida dessa forma.

A Defensoria Pública em Mato Grosso foi criada em 1990 ou 1991, se não me engano, no Governo Jayme Campos. Ela só veio a ser criada, se não me engano, por uma luta de muitos advogados, de Parlamentares, de colegas, que souberam se posicionar, souberam - inclusive, buscaram o Judiciário - lutar pelos seus direitos e conquistaram, em 1999, o direito do hipossuficiente lutar pelo seu direitos, do pobre lutar pelo seu direitos.

Então, a história da Defensoria no Brasil e em Mato Grosso não é diferente. Ela é feita de desafios, de lutas, de conquista e de uma galhardia, de um brilhantíssimo dos seus membros que Mato Grosso honra como todos os Estados da Federação.

Então, estaremos discutindo, quarta-feira, Dr. Clodoaldo, se será devolvida ou não a Peça Orçamentária. Mas a tendência é que seja devolvida. Vamos ter, ainda, uma reunião amanhã e teremos outra, na quarta, pela manhã. Se a Peça Orçamentária for devolvida, ficará mais fácil o nosso trabalho de recompor já como resultado desta Audiência Pública e uma comissão de Deputados que já combinamos com a Mesa Diretora será criada para acompanhar essa valorização da Defensoria Pública na LOA de 2013. Já poderemos adequar na Peça Orçamentária e tentar, dentro das possibilidades, ao máximo chegar ao limite legal, nacional de 1 ou 2% este ano que dariam, mais ou menos, noventa milhões. Se tentarmos e, na pior das hipóteses, não for possível a devolução da Peça Orçamentária, com certeza, ao lado de Vossas Excelências vamos lutar e conquistar uma suplementação para que a Defensoria possa exercer o seu mister.

Quando eu falo em Defensoria Pública não falo em valorizá-la, apenas. Eu falo em valorizar o cidadão, em valorizar o Estado Democrático de Direto, consolidar o Estado Democrático de Direto. Aqui não são os Defensores Públicos que estão de pires nas mãos pedindo que o seu orçamento seja adequado à necessidade social. E Vossas Excelências colocaram isso muito bem! Vossas Excelências continuaram recebendo seus vencimentos, exercendo suas funções. É o Estado Democrático de Direito; é o Estado de Mato Grosso, os mais pobres, os mais humildes, os menos afortunados que precisam da Instituição Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Por isso, a importância de unirmos todas as forças políticas, todas as forças sociais, movimentos sociais, para podermos valorizar o que é nosso.

A Defensoria é nossa! A Defensoria é peça fundamental! É uma conquista do Estado Democrático do Direto! É um patrimônio da população brasileira! É um patrimônio da população mato-grossense.

Eu encerro minhas colocações dizendo aqui da fala do Defensor Público Geral, eleito e nomeado, Dr. Djalma Sabo Mendes Júnior, que se referiu ao Art. 3º da Constituição, nos Princípios Fundamentais e que diz respeito aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO ANUAL DA
DEFENSORIA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2012, ÀS 14:00
HORAS.

Eu quero e defendo a construção de uma sociedade justa, livre e solidária; eu quero e defendo uma sociedade que garanta o desenvolvimento nacional; eu quero e defendo uma sociedade que erradique a pobreza, a marginalização e possa diminuir as desigualdades sociais e regionais. Eu luto e quero uma sociedade que promova o bem de todos, sem preconceitos de qualquer natureza seja de origem, de cor, de sexo, de idade, ou seja, abominamos qualquer forma de discriminação.

E falar em construção dessa sociedade ideal, desses objetivos fundamentais que vão assegurar a cidadania e a dignidade da pessoa humana, que são fundamentos da República Federativa do Brasil, é defender e fortalecer essa instituição, função essencial à Justiça, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

Contem conosco! Muito obrigado pela presença e pela participação de todos!
(PALMAS).

Antes de encerrar esta Audiência Pública, a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso agradece a presença de todos e convida os presentes para cantarmos, em posição de respeito, o Hino do Estado de Mato Grosso.

(NESTE MOMENTO É EXECUTADO O HINO DO ESTADO DE MATO GROSSO).

O SR. PRESIDENTE (EMANUEL PINHEIRO) – Está encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.